



ULYSSES

ANO IV - Nº 10 - OUTUBRO-NOVEMBRO-DEZEMBRO 2011

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES

SUSTENTABILIDADE



Frederico Flósculo | Hugo Penteado | Lara Lutzenberger | Fórum Nacional do PMDB

TAMBEIRO

"Sustentabilidade é a capacidade de suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas."

Relatório de Brundtland, 1987.

Índice

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES

Presidente: Eliseu Padilha
Vice-Presidente: Edinho Bez
Diretor Secretário: Edson Ezequiel
Diretor Tesoureiro: Afrísio Vieira Lima Filho
Secretário-Executivo: João Henrique de Almeida Sousa
Diretores: Moisés Avelino, Wellington Coimbra
Marinha Raupp, Waldemir Moka e Romero Jucá
Diretores Suplentes: Osmar Terra, Aparecida M. Bezerra e Mauro Benevides
Secretário-Executivo Adjunto: Francisco de Assis Mesquita

CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES

Presidente: Esacheu Cipriano Nascimento
Membros: Michel Temer, Ronan Tito, Evandro Mesquita,
Carlos Eduardo Fioravanti, Adenor Piovesan, Pedro Simon,
Francisco Donato Jr., Wolney de Siqueira, Regina Perondi e Henrique Pires
Suplentes: Rosemary Soares Antunes Rainha, Gleire Belchior de Aguiar Bezerra
e Colbert Martins

Cartas	06
Antessala	08
Editorial	12
Debate	16
Entrevista	22
Entre Aspas	26
Artigos	28
Capa	32
Opinião	56
PMDB	60
Pelo Brasil	72
Cátedra	84
Persona	94



REVISTA ULYSSES,
IMPRESSA EM
PAPEL ECOLÓGICO,
CERTIFICADO
PELO SELO FSC.

FSC (Forest Stewardship Council, no Brasil chamado de Conselho Brasileiro de Manejo Florestal) é uma organização internacional sem fins lucrativos que, desde 1993, se dedica a promover o manejo florestal responsável.

Florestas certificadas pelo FSC são encontradas em todo o mundo, com os mais elevados padrões ambientais e sociais. Produtos de madeira e papel oriundos destas florestas recebem o selo FSC, que garante que determinado produto é proveniente de uma floresta bem gerida, que beneficia as pessoas e o meio ambiente.



R E V I S T A
ULYSSES
A revista que é um baluarte da democracia

Saiba mais no site www.fsc.org.br

Como profissional da área - e peemedebista - sinto-me realizado por exercer a função de mediador dos cursos da FUG em meu município. A formação acadêmica incutiu-me o inquietante desejo de ver diminuído significativamente o analfabetismo político no Brasil.

Tenho sido um colaborador da FUG no sentido de distribuir a revista entre prefeitos e vereadores aqui da minha região Litoral Norte do RS. Além disso, sou leitor assíduo, pois gosto muito das matérias publicadas.

Romi Krás Hahn

Cientista Político - PMDB de Osório/RS

É uma satisfação coordenar o Programa de Formação Política da Fundação Ulysses Guimarães no meu estado. Agradeço à equipe do EAD Nacional e a Dep. Simone Morgado pela oportunidade de levar conhecimento, informação e capacitação aos quatro cantos do estado do Pará.

Estamos certos de que a educação liberta, oportuniza, constrói, transforma!

O PMDB está construindo uma nova história, cada aluno do EAD é uma semente que plantamos, uma renovação do nosso compromisso com o povo brasileiro. Para que efetivamente sejamos uma nação soberana, com sujeitos bem mais conscientes dos seus direitos e deveres como cidadãos.

Alcides Oliveira

Coordenador do EAD/PA

Agradeço pela doação das edições nº 06, 07, 08 e 09 da Revista *Ulysses* à Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista. Como informo nosso interesse de receber gratuitamente esta Revista *Ulysses*, para fazer parte do nosso acervo e com isso disseminar entre nossos usuários.

Cybelle Macedo Nunes

Coordenadora da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista

Mais uma vez, gostaria de parabenizar a FUG pelas surpreendentes iniciativas tomadas no sentido de levar aos cidadãos o conhecimento politizador, e que nesta obra (*Pensamento Político Brasileiro*) resgata os pensamentos e ideais de tantos líderes que este país já teve.

Daniel Gomes Simião

Aluno - Divinópolis/MG

A Fundação Ulysses Guimarães vem dando a oportunidade e o suporte técnico para os brasileiros poderem enxergar a política como o instrumento de mudança de melhorias em nosso país através dos cursos de Formação Política, da Revista *Ulysses* e agora com a coleção *Pensamento Político Brasileiro*, assim refletindo a frase de Eliseu Padilha "O progresso do Brasil passa pelas estradas da educação" e a Fundação leva esse progresso até as nossas casas.

Adaiano Farias

Mediador-Picuí/PB

Fiquei surpresa com a quantidade de informações importantes que são disponibilizadas no curso (Gestores Públicos Municipais) e o quão pouco entendemos de política. Gostei muito e vou concluir as sete aulas que me darão, inclusive, a certificação que preciso para comprovar horas/aula na faculdade.

Priscila de Lima Alves

Estudante de Direito e aluna EAD - Conceição da Barra/ES

Em primeiro lugar, quero parabenizar a esta maravilhosa Fundação. Se todos tivessem acesso a esses estudos, o nosso país com certeza estaria num patamar de 1º mundo, pois riquezas naturais nós temos em quantidade e o que precisamos são homens mais preparados.

Rosana Maria Quintela

Dirigente municipal do PV - Santa Isabel/SP

Parabenizo a iniciativa desta Fundação em promover a Coletânea *O Pensamento Político Brasileiro*, destacando a importância dessa iniciativa pioneira e de extremo significado educacional e cultural para o desenvolvimento intelectual brasileiro.

Prof. Dr. Jorge Antonio Rangel - UERJ

Sempre estou atento às notícias, acompanho a TV Senado e TV Câmara e esse curso era tudo que eu precisava para me atualizar como cidadão.

José Valdir Ceccato

Aluno (73 anos) - Ijuí/RS

Os jovens do RN estão sendo bem politizados através da Fundação, que faz um trabalho excelente aqui em nosso estado. Boa parte do interior já está aderindo aos cursos EAD. Já tive a oportunidade de fazer todos, estão de parabéns!

Tulielma Costa

Aluna - Parnamirim/RN

ULYSSES

EXPEDIENTE

Eliseu Padilha
Editor



Thatiana Souza
Jornalista Responsável
(reg. prof. 3487-DF)



Graziela R. Camargo
Ciências Políticas



Nação
Comunicação e Marketing



Carlos A. Araujo Júnior
Gráfico



Conselho Editorial

Michel Temer

Gastão Vieira

João Henrique de Almeida Sousa

Itamar de Oliveira

Waldemir Moka

Carlos Eduardo Fioravanti da Costa

Agência de Notícias Fundação Ulysses

Jornalistas: Ana C. Silva, Jolie Castro (EAD),

Paulo Marcial e Roberta Ramos

Fotos: OBrito News e Wendel Lopes

Arte: Alexsander Jr.

A revista Ulysses é uma publicação trimestral
da Fundação Ulysses Guimarães.

A Ulysses não se responsabiliza pelos
conceitos emitidos nos artigos assinados.

Câmara dos Deputados, Anexo I, 26º andar

Sala 04 - Cep: 70160-900 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3216.9758 / 9759

Fax: (61) 3325.5510

E-mail: revistaulysses@fundacaoulysses.org.br

Impressão: Gráfica Pallotti

Tiragem: 15 mil exemplares

Distribuição gratuita

Uma página de
luto para parte
do nosso planeta
que já morreu.



E uma página para
pensar no que você
vai fazer a respeito da
parte que ainda vive.





*A Antessala é um espaço aberto para manifestações artísticas e intelectuais. Exerça a sua liberdade de expressão sobre a "**Educação e Desenvolvimento**". Este será o tema da próxima edição de ULYSSES.*

Ligue (61) 3216.9758 ou envie e-mail para revistaulysses@fundacaoulysses.org.br e saiba como participar.

A INDISPENSÁVEL SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O aprofundamento do debate internacional quanto ao Meio Ambiente e à Indispensabilidade da Sustentabilidade Ambiental somado ao fato de que, neste momento, a nação brasileira discute no Congresso Nacional o corpo de um Novo Código Florestal Brasileiro, foram determinantes de nossa opção por veicular nesta edição de nossa Revista Ulysses, como tema principal, a Sustentabilidade Ambiental.

O Meio Ambiente é, sem dúvida, um dos mais simples e, ao mesmo tempo, mais complexos temas para a discussão. Simples porque, não ocorrendo nenhuma interferência humana, ele se projetará em constante e harmoniosa evolução conciliatória rumo à eternidade. Complexo porque a interferência humana, mesmo que revestida da melhor das intenções, poderá o levar ao rompimento do equilíbrio natural e, a partir deste, ao risco da imediata ou progressiva extinção da vida das várias espécies nele existentes.

Já, desde o início da década de setenta

do século passado, marcadamente a partir da Conferência da Organização das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, nós brasileiros passamos a conferir maior importância ao debate e às medidas protetivas do Meio Ambiente, com vistas à Sustentabilidade Ambiental. Temos avançado na conscientização e na institucionalização de mecanismos de proteção e de sustentação ambiental. No entanto, muito ainda teremos que evoluir para garantir a preservação das excepcionais, há quem as qualifique como milagrosas, riquezas naturais com que nosso país foi dotado.

Há que se ter presente, no entanto, que ao ser humano, centro e móvel de toda a organização social e política, devem ser assegurados a responsabilidade e o direito de usar e dispor dos meios naturais, para a garantia de sua qualidade de vida, até o limite em que, a partir de tais, possa vir a prejudicar ou a comprometer a continuidade da vida das espécies, inclusive da sua. A preservação da vida das várias espécies é a pre-

missão sob a qual a ação humana deve ser orientada, no tocante ao Meio Ambiente, pois ela é a garantia da Sustentabilidade Ambiental.

A Questão Ambiental, portanto, deve ser avaliada e resolvida, pela nação, holisticamente. Tanto o caráter científico quanto o caráter social e o econômico devem ser permanentemente medidos e dosados em tudo o que diga respeito às intervenções humanas no Ecossistema.

O entusiasmo com a oportunidade e a necessidade do aprofundamento da discussão sobre a Questão Ambiental nos levou a muito ouvir e a tanto provocar, que, nesta apresentação, acabamos trazendo algumas ideias que nos foram expostas e que as somamos ao nosso incipiente mas idealístico modelo de como tratar da questão.

A discussão da Sustentabilidade Ambiental é e será pertinente e tempestiva de ora avante. Em todos os países ela é importante, mas para nós brasileiros ela é mais importante ainda, em face de nosso grande patrimônio ambiental e, também, de nosso estágio de desenvolvimento humano e econômico.

Pois é com este pano de fundo que estamos promovendo o debate que se encontra nas páginas seguintes. O contraditório, como sempre, é importantíssimo para a construção dos necessários avanços.

Não iniciamos nem vamos concluir o debate sobre a Indispensável Sustentabilidade Ambiental. O que nos gratificará, por inteiro, será conseguirmos motivar cidadãos

brasileiros a aprofundar a consciência coletiva e o debate basilares para a construção do que venha a ser um mundo melhor para o Povo e o Meio Ambiente brasileiros.



De: Estradas e Bandeiras

Destino: Brasil 

ONDE
JÁ
FIZEMOS
ESCALAS

Acre
Alagoas
Bahia
Minas Gerais
Mato Grosso do Sul
Mato Grosso
Maranhão
Paraíba
Paraná
Pernambuco
Piauí
Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte
Rondônia
Rio Grande do Sul
Santa Catarina







A **INSUSTENTABILIDADE** DOS COMPORTAMENTOS IRREFLETIDOS

EDUARDO MONTEIRO LOPES JR

POBREZA, SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E CONSUMO

Desde a Conferência da ONU para o Meio Ambiente, em Estocolmo/1972, a pobreza é considerada um dos fatores de degradação ambiental – ideia reforçada na Conferência de Nairóbi/1982. A inclusão do tema da desigualdade social nas discussões sobre meio ambiente representou a reação conceitual elaborada pelos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento diante das conclusões neo-malthusianas do Clube de Roma, que, em seu relatório, “Os Limites do Crescimento” (1972), defendia o “crescimento zero” (econômico, populacional, etc.) como

solução para a questão ambiental. Em 1992, como um dos resultados práticos das discussões na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas estipulou como um de seus objetivos o combate à pobreza e à poluição, entendidas como fontes de degradação ambiental. Desde então, desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável não mais seriam definidos como temas reciprocamente excludentes, embora ainda mantenham entre si certo

paroxismo, talvez aparente.

Nessa perspectiva, a relação entre sustentabilidade econômica e sustentabilidade ambiental é um problema cujas principais causas e consequências se confundem, dificultando o debate e suas respectivas soluções ou ações preventivas. Ao mesmo tempo em que a pobreza e o subdesenvolvimento são prejudiciais ao meio ambiente, o desenvolvimento econômico para a redução da miséria e promoção da inclusão social pressupõe expansão do consumo dos recursos naturais escassos, elevando a pressão



sobre os ecossistemas. O desenvolvimento econômico seria a solução dos problemas ambientais, principalmente em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, ou, na realidade, mais um obstáculo à sustentabilidade?

O tema "sustentabilidade", mais do que um assunto relacionado a políticas ou ações práticas para a equalização entre necessidades atuais e disponibilidades de recursos futuros (conceito do Relatório Brundtland, 1990), corresponde, de fato, à necessidade de mudanças culturais e comportamentais efetivas nas sociedades consumistas, como a brasileira. Em recente seminário intitulado "A Média faz a Diferença", patrocinado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (8/8/2011), o economista Eduardo Gianetti asseverou, ao citar Platão, que "pobreza não significa, necessariamente, falta de recursos, mais aumento das necessidades". Contudo, o que se constata na realidade é que as necessidades só tendem a aumentar, mesmo quando há efetiva inclusão social, aumento da renda média e, portanto, certa mobilidade social ascendente. Porquê?

A explicação mais simples para esse fenômeno, que contradiz o raciocínio intuitivo de que o aumento da renda reduz a sanha consumista para satisfação das necessidades

materiais, talvez seja a diferença de velocidade entre o fato da ascensão socioeconômica e a percepção pelo indivíduo, família ou grupo dessa mesma ascensão. Explico. Mesmo após a passagem para a "classe média" de determinada família, antes pobre, não há a simultânea e imediata percepção dessa mudança por seus membros, e, por isso, suas necessidades de classe "anteriores", no mínimo, permanecem iguais, o que mantém seus hábitos de consumo inalterados, embora sua renda familiar tenha aumentado. A consequência imediata disso é o aumento "quantitativo" do consumo (pois suas necessidades de classe "anterior" permanecem iguais), em detrimento de seu aumento "qualitativo", ou seja, essa família "hipotética" preferirá obter mais eletrodomésticos (televisores mais sofisticados, por exemplo, o que significa maior consumo de energia) do que investir em bens culturais ou educacionais, que não representam satisfação imediata de necessidades consumistas, mas sim troca de satisfação futura (mais capital cultural e educacional para futura ascensão social) por consumo imediato (satisfação hoje).

Essa família "hipotética" e sua percepção atrasada de sua mudança estrutural existem de fato. Segundo pesquisa do instituto *Data Popular*, realizada no segundo trimestre deste

ano, com 3.000 entrevistados, em 251 cidades de 26 Estados, "a percepção da população em relação ao seu padrão de vida, em grande parte, não reflete a realidade", afirma Renato Meirelles, sócio-diretor do Instituto, em artigo da Folha de São Paulo, em 14 de agosto de 2011. Renato Meirelles, que também participou do supracitado seminário, sustenta que "grande parte dos integrantes da classe média brasileira está nesse estrato há pouco tempo. Eles vieram da baixa renda e ainda se enxergam nela. Sabem que o padrão de vida está melhorando, mas não consideram a mudança de patamar." Entre os integrantes das classes AB (renda média domiciliar de R\$ 8.393), 55,2% se consideraram da classe média (renda média domiciliar de R\$ 2.295), enquanto somente 9,6% se classificaram corretamente. Entre os pesquisados da classe C, 32,5% se classificaram corretamente, mas 65,7% consideravam fazer parte da baixa renda.

Esses resultados são corroborados por algumas conclusões da Pesquisa sobre Orçamento Familiar – POF 2008/2009 do IBGE. Segundo a pesquisa, entre 2008 e 2009, a despesa com consumo das faixas de renda de até R\$ 830,00 correspondeu a 93,9% dos gastos familiares, enquanto os gastos de consumo nas famílias com renda igual ou superior a R\$ 10.375,00 representaram 67,2% do orçamento familiar, o que

demonstra, em primeiro lugar, que a propensão marginal ao consumo é maior nas faixas de renda inferiores, tendo sido a média nacional do aumento do ativo familiar no período pesquisado de 5,8%. A POF investigou a percepção da população sobre alguns aspectos da qualidade de vida através de um questionário específico e com respostas subjetivas sobre a facilidade para chegar ao final do mês com os rendimentos familiares. Cerca de 75% das famílias declararam algum grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com seus rendimentos. Na classe com rendimentos até R\$ 830, 88% indicaram algum grau de dificuldade e 31,1%, muita dificuldade. Na classe com mais de R\$ 10.375, 28% tinham algum grau de dificuldade e 2,6%, muita dificuldade. Esses resultados reforçam a afirmativa de que a percepção de dificuldade econômica (ou insatisfação material) depende da classe de renda e está relacionada com os hábitos de consumo das classes cuja autoimagem é a de pertencerem a estratos sociais menos abastados (o que pode ser traduzido no nível de despesas com consumo).

Portanto, a ideia de “permanecer” pobre ou “mais” pobre comparativamente a outras classes, atrasa a percepção da realidade e a mudança de hábitos sociais, reforçando a afirmação de Gianetti: pobreza = necessidades a serem satisfeitas. Esse

padrão comportamental é reforçado pelas próprias características do sistema de produção capitalista de 4ª geração, na medida em que a redução da vida dos bens de consumo serve para satisfazer uma demanda constante por renovação, algo que soluciona o problema de insustentabilidade de longo prazo do capitalismo contemporâneo apontado por ILLICH, em *Énergie et étiqueté* (1973), ao afirmar que o custo crescente de produção para criação de uma demanda efetiva só pode acentuar a tendência à redução das taxas de lucro¹.

Ora, tal discrepância entre realidade e percepção gera efeitos prejudiciais, tanto econômicos quanto ambientais. A preocupação de muitos economistas com o aumento da inflação, nos últimos meses, está ligada à constatação, plenamente veiculada por periódicos e institutos de pesquisa econômica, de que o consumo tem aumentado mesmo diante da redução do produto agregado (estimada com base na projeção do PIB anualizado). Entretanto, políticas econômicas anticíclicas (em favor do crescimento) têm sido defendidas e implementadas para sustentar a elevação do PIB, o que, se por um lado diminui o risco de aumento descontrolado da inflação (pois estimula o aumento da produção e da oferta agregada), por outro, incentiva o consumo agregado (das famílias, do governo e das

empresas) e, em última instância, mais emissões poluentes e exaustão dos recursos naturais.

Sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico não são conceitos contraditórios nem devem corresponder a políticas e ações sociais conflitantes. Sustentabilidade e expectativas econômicas, no entanto, estão relacionadas e, em geral, encontram-se em conflito. Dessa forma, promover sustentabilidade pressupõe conhecer e, se necessário, mudar expectativas e percepções sobre o que é necessário ou supérfluo para a satisfação material de indivíduos, família e grupos humanos. Se entre os organismos inferiores na escala da evolução darwinista, a adaptação ao meio ocorre no longuíssimo prazo, através das gerações, no caso do homem, essa adaptação pode ser muito mais rápida, quase imediata, se as instituições assim o auxiliarem na modificação de seus comportamentos sociais irrefletidos que, com o passar do tempo, cristalizam-se em costumes ou hábitos culturais.

¹Apud. COHEN. Claude. Padrões de Consumo, Energia e Meio Ambiente. Tese de Doutorado 185. Universidade Federal Fluminense. 2005. www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD185.pdf.

COORDENAR AÇÕES ISOLADAS: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As ações tanto governamentais quanto particulares e voluntaristas, orientadas a solução da degradação do meio ambiente, são muitas e seus efeitos bastante variados. Justamente por essa característica – variedade e efeitos os mais diversos – torna-se difícil, senão impossível, construir índices de eficiência ambiental que sirvam como parâmetro para novas ações ou corretivos para àquelas já em prática. Slogans como “faça você mesmo” ou “aja localmente, pense globalmente” servem, no máximo, para um esforço inicial de conscientização, mas não sustentam mudanças estruturais de grande porte, estatisticamente relevantes ou facilmente mensuráveis. Faz-se necessário, portanto, verdadeiros esforços de reengenharia comportamental em escala demográfica, algo somente viável com políticas públicas “sustentáveis” (planejadas no longo prazo) a incentivar (impondo) mudanças nos hábitos consumistas insustentáveis.

O cerne principiológico de qualquer política com certa magnitude ou influência de escala demográfica deve ser a “internalização” de “externalidades” negativas, i.e., sempre individualizar os custos de ações ou hábitos coletivos ou até individuais prejudiciais à sociedade e ao seu ecossistema. Um exemplo disso é a

tentativa, iniciada em algumas cidades brasileiras, de instalar, nos condomínios urbanos, medidores individuais de consumo de água, de maneira a tornar mais justo o ônus do uso desse recurso, já escasso, e diminuir o consumo agregado (de todos) de água. Poucos incentivos governamentais (municipais) no Brasil têm sido estendidos para esse fim, sendo os esforços para a instalação de hidrômetros individuais financiados com taxas extras nos orçamentos condominiais. E o que fazer com os novos condomínios ou áreas de lotes “populares” em expansão cuja renda familiar em ascensão permite a instalação de máquinas de lavar – em substituição do antigo tanque – que consomem mais água por quilo de roupa lavada? Políticas ou estratégias desse tipo devem ser lideradas e planejadas pelos órgãos públicos e não realizadas por esforços isolados, pois o principal objetivo dessas políticas públicas seria inverter a lógica da “socialização das perdas e dos custos”, sempre sustentadas pelo Estado, ou melhor, pelo contribuinte.

A internalização de externalidades negativas (ou individualização dos custos) é perfeitamente compatível e justificável pelos padrões de consumo das sociedades, em geral, e da brasileira, em par-

ticular. Como demonstra Claude Cohen, em tese de doutoramento acima citada, ao pesquisar o nível do consumo de energia por classe de renda, a classe de maior renda (mais de 30 salários mínimos, em 1996) consome o equivalente a 1/3 de toda a energia consumida por todas as classes agregadas (p. 37). Assim, argumenta Celso Furtado, em sua obra *O Capitalismo Global* (1998), que “a adoção pelas classes dominantes dos padrões de consumo dos países de níveis de acumulação muito superiores aos nossos explica a elevada concentração de renda, a persistência da heterogeneidade social (...). Esse mimetismo cultural tem como contrapartida o padrão de concentração de renda que conhecemos. Para eliminar os efeitos desse imperativo cultural perverso, seria necessário modificar os padrões de consumo no quadro de uma ampla política social, e ao mesmo tempo, elevar substancialmente a poupança, comprimindo o consumo dos grupos de elevada renda”. Portanto, políticas públicas que visem individualizar custos também promoveram uma redistribuição de recursos (energéticos e outros), diminuindo a pressão antrópica sobre os ecossistemas.

Nenhuma pesquisa ou teoria econômica é necessária para sustentar a afirmação de

que o órgão mais sensível dos seres humanos, no atual estágio de sua evolução, é o bolso. Todas as políticas públicas para mudança comportamental em escalas demográficas devem ser orientadas para esse órgão, mediante esquemas de incentivos positivos (compensações) ou negativos (punições). Por isso, por que não determinar o registro domiciliar (não mais pessoal) sobre veículos particulares não-empresariais e estipular IPVA regressivo sobre cada veículo adicional pertencente àquele endereço? Por que não criar um fundo resultante dessa arrecadação (dane-se o princípio ultrapassado e jamais respeitado da não-vinculação de receitas), para financiar ou subvencionar a ampliação de transportes coletivos? Por que não direcionar a contribuição sobre combustíveis para um fundo destinado a subvencionar novas fontes de energias renováveis e não mais subsidiar a produção de álcool e reduzir os preços dos combustíveis para incentivar ainda mais o consumo de carros?

Tanto a individualização do consumo de energia quanto o de água podem servir a um esquema de incentivos positivos e negativos. Em primeiro lugar, estabelecer a renúncia de certo percentual do IPTU, para incentivar a instalação de hidrômetros individualizados (inclusive em poços artesianos) nos domicílios das grandes

cidades. Em seguida, estabelecer metas individualizadas de consumo de energia ou água, abaixo das quais o consumidor receberia uma compensação: ou em dinheiro equivalente à energia ou água poupada, ou em créditos para consumo futuro, ou ainda, em créditos cuja poupança poderia ser comercializada livremente entre usuários do sistema de abastecimento. Nesse esquema, troca-se investimento presente, para a expansão da capacidade energética e hidrológica instalada, por capitalização presente para investimento futuro, quando a poupança agregada (em energia e água) não mais comportar a expansão populacional e o consumo agregado.

A imposição da coleta seletiva de lixo pela taxação de percentual extra sobre o saneamento urbano, por bairros ou microrregiões metropolitanas, teria três efeitos imediatos: arrecadação para constituição de fundo que autofinanciaria o processo ou expandiria a rede de água e esgoto; conscientização de condomínios, ruas e bairros para a necessidade de organização para a coleta seletiva; maior atenção e rejeição dos consumidores para o consumo de produtos (embalagens) não reciclados ou não recicláveis, pois serão eles a arcar com maiores taxas em virtude do índice de reciclagem de sua rua, seu bairro ou sua região.

A poupança agregada resultante desses esquemas poderia sustentar um mercado entre unidades administrativas (cidades, estados, etc.) de recursos (água, energia, material reciclado) a beneficiar os cidadãos em geral, com maior oferta de recursos renovados, e os cidadãos em particular, beneficiados financeiramente pelos “excedentes” poupados e comercializados. Nada disso é possível sem políticas públicas de escopo amplo e contínuo. Se sustentabilidade ambiental significa, de fato, mudança de hábitos coletivos irrefletidos e rotineiros, o Estado deve ser o primeiro a modificar seus hábitos e costumes políticos de relegar o combate à degradação do meio ambiente às iniciativas particulares e voluntaristas. A única ação voluntária e coletivamente realizada com eficiência é a proteção do órgão vital dos seres humanos: o bolso.



Se quiser trocar ideias com o autor deste texto, escreva para: eduardo.ml.pol@gmail.com

Entrevista

LARA LUTZENBERGER

Presidente da Fundação Gaia



Gaia, tela do pintor alemão
Anselm Feuerbach (1875)



Como a Sra. avalia a consciência ambiental no Brasil hoje? Houve avanços?

Lara - Certamente houve avanços, mas estes foram mais no âmbito da percepção das crises ambientais e sociais que se agravam, do que propriamente no nível da ação consistente de enfrentamento delas.

Quais são os principais desafios no que se refere à mudança de atitudes individuais para a preservação do meio ambiente?

Lara - O principal desafio é a tradução da percepção da necessidade de mudança em prática, em atitude ecocidadã legítima. Isso implica na ampliação do espírito crítico das pessoas e no compromisso individual de dar o exemplo, através da sua própria postura. Significa estar atento ao não desperdício de água e de luz, ao uso inteligente do transporte particular, à priorização de bens duráveis em detrimento dos descartáveis, ao uso inteligente dos plásticos, a uma atitude perante os outros seres humanos e não humanos, de maior solidariedade e empatia, ao compromisso com a minimização e separação do lixo, à busca de uma maior observação e percepção do ambiente e da natureza que nos rodeia.

Como a Sra. avalia o padrão de consumo em nosso país? Considera um fator relevante para a preservação do meio ambiente?

Lara - O padrão de consumo brasileiro vem aumentando muito, ano a ano. A ambição da maioria e o mote do comércio e das políticas internacionais é o de aumentar sempre mais o padrão de consumo, mas é sabido que muito antes da população mundial chegar ao padrão americano - um dos mais altos do mundo, teremos tido o colapso planetário. Seriam necessários cinco planetas para sustentar o padrão de consumo americano numa escala global. Sem dúvida, o investimento numa cultura menos consumista, que priorize as relações e as experiências ao consumo, fazendo deste uma prática mais consciente, é o principal caminho para a preservação do meio ambiente e das condições propícias para a verdadeira qualidade de vida.

Qual é a sua perspectiva sobre o futuro no que se refere à questão ambiental?

Lara - A questão ambiental está intrinsicamente ligada à nossa questão humana, de condições de vida digna, com qualidade, com prazer, com saúde e alegria de viver. E minha avaliação nesse sentido é ambígua. Por um lado, vejo a situação piorando, quando percebo a alienação, a contaminação, a poluição e destruição ambiental avançando. Por outro lado, sou também tomada de esperança, quando vejo mais e mais pessoas despertando e engajando-se pela reversão desse processo. Daí lembro de um ditado budista que diz que 'uma árvore que cai, faz mais barulho do que a floresta que cresce'. Talvez essa floresta seja maior do que conseguimos perceber.

Como a Sra. percebe o novo "capitalismo verde" que está sendo promovido pelos países desenvolvidos?

Lara - Acho válido, no momento em que se trata de gerar produtos, serviços e sistemas de comércio socialmente mais justos e com redução substancial do impacto ambiental. Mas, a revolução de hábitos resultante desse processo deve ser muito mais ampla e radical do que a que conseguimos imaginar num primeiro momento. A simples redução de impacto de produtos não é nem de longe suficiente para enfrentar o desafio que temos. Um exemplo ilustrativo é o efeito da geração de carros mais econômicos e menos poluentes ao longo das últimas décadas. Os benefícios que eles trouxeram, não só foram anulados como grandemente superados pelo aumento da circulação destes. Muito mais pessoas têm carro hoje em dia e estas também transitam e viajam muito mais do que antigamente. De forma que o impacto da indústria automobilística, apesar dos avanços tecnológicos, aumentou.

Quais são as principais ações de sustentabilidade que a Sra. considera relevantes e que devem ser realizadas no curto e médio prazos?

Lara - O principal é estimular, inspirar e educar a população para a compreensão dos desafios que temos, para a importância da mudança de hábitos e para a relevância do protagonismo individual no movimento coletivo que faz a diferença.

A Sra. poderia deixar uma mensagem para nossos leitores?

Lara - Que busquem espaço em suas vidas para a percepção da magia e complexidade da nossa existência, da sofisticação e poesia que engloba os processos naturais que sustentam a vida e do quanto estamos imersos, somos dependentes e coresponsáveis por eles, na atitude que adotamos em nossas práticas cotidianas.



Lara Lutzenberger, presidente da Fundação Gaia, é filha de José Lutzenberger, engenheiro agrônomo e ecologista que tornou-se internacionalmente conhecido pelo seu engajamento na luta ambiental, recebendo em 1988 o Right Livelihood Award.



Provérbio indígena

"Quando a última árvore cair, derrubada; quando o último rio for envenenado; quando o último peixe for pescado, só então nos daremos conta de que dinheiro é coisa que não se come."

Confúcio

*"Se você tem metas para um ano. Plante arroz
Se você tem metas para 10 anos. Plante uma árvore
Se você tem metas para 100 anos, então eduque uma criança
Se você tem metas para 1000 anos, então preserve o meio Ambiente."*

Gandhi

"A natureza pode suprir todas as necessidades do homem, menos a sua ganância."

Johann Goethe

"A natureza é o único livro que oferece um conteúdo valioso em todas as suas folhas."

Dalai Lama

"A vida é tão preciosa para uma criatura muda quanto é para o homem. Assim como ele busca a felicidade e teme a dor, assim como ele quer viver e não morrer, todas as outras criaturas anseiam o mesmo."

Martín Luther King

"Se soubesse que o mundo se acaba amanhã, eu ainda hoje plantaria uma árvore."

Tom Jobim

"Outro dia, entrei no mato para piar um inhambu e o que saiu de trás da moita foi um Volkswagen."

Leonardo da Vinci

"Nunca o homem inventará nada mais simples nem mais belo do que uma manifestação da natureza. Dada a causa, a natureza produz o efeito no modo mais breve em que pode ser produzido."

Antoine de Saint-Exupéry

"A terra ensina-nos mais acerca de nós próprios do que todos os livros. Porque ela nos resiste."

Francis Bacon

"A maravilha de um só floco de neve supera a sabedoria de um milhão de meteorologistas."

Monteiro Lobato

"A natureza criou o tapete sem fim que recobre a superfície da terra. Dentro da pelagem desse tapete vivem todos os animais, respeitosamente. Nenhum o estraga, nenhum o róí, exceto o homem."

George W. Bush

"Não é a poluição que prejudica o meio ambiente. São as impurezas do nosso ar que estão fazendo isso."

TECNOLOGIA PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS

RUTH HARADA

Diretora de Cidadania Corporativa da IBM Brasil

Em um país com as dimensões geográficas do Brasil e a pluralidade de cultura, costumes e demandas ao longo de todo o país, a tecnologia pode ser uma importante aliada na integração de instituições sociais, que dessa forma multiplicam o potencial de suas ações e tornam ainda mais abrangente o escopo de cada novo projeto.

Conectadas digitalmente,

tais organizações podem compartilhar ideias em tempo real, ganhar mais força e musculatura nas reivindicações e promover ações que atinjam um número muito maior de cidadãos. Sem falar nas sinergias que permitam reduzir custos, em épocas de orçamento apertado, para que as ações não deixem de acontecer por falta de verba. Além disso, com o uso de recursos tecnológicos, as instituições

sociais podem adotar melhores práticas de gerenciamento e implementar ferramentas de planejamento mais inteligentes para fortalecer suas operações, aumentar a produtividade e prepará-las para o crescimento futuro.

A plataforma Cidades Sustentáveis é um bom exemplo do efeito multiplicador que a integração de iniciativas sociais

pode representar na prática. Lançada em julho de 2008 por um conjunto de organizações e movimentos da sociedade civil brasileira, a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis estabeleceu como missão comprometer a sociedade e os governos com comportamentos éticos e com o desenvolvimento justo e sustentável de suas cidades. A rede abriga hoje 24 movimentos organizados e 14 em formação, em municípios brasileiros.

Também com a ajuda da tecnologia, a organização Rede Cidadã criou a metodologia de Rede de Geração de Trabalho e Renda, que alavanca oportunidades de trabalho para jovens de comunidades de baixa renda. Em sete anos, a Rede Cidadã viabilizou empregos a mais de 7.000 jovens e 400 pessoas com deficiência, contratadas por empresas parceiras.

Da mesma forma, as tecnologias sociais desenvolvidas pela Associação Cidade Escola Aprendiz são sistematizadas e compartilhadas com outras comunidades que se inspiram nessa experiência. A entidade também influencia iniciativas comunitárias e políticas públicas em outras regiões do país, como o Programa Mais Educação do MEC, o Escola Integrada de Belo

Horizonte, o Escola em Período Integral de Sorocaba, o programa Bairro-Escola de Nova Iguaçu, o Bairro Educador no Rio de Janeiro e Programa Integração Família e Escola de Taboão da Serra, um grande exemplo do potencial multiplicador de que falávamos.

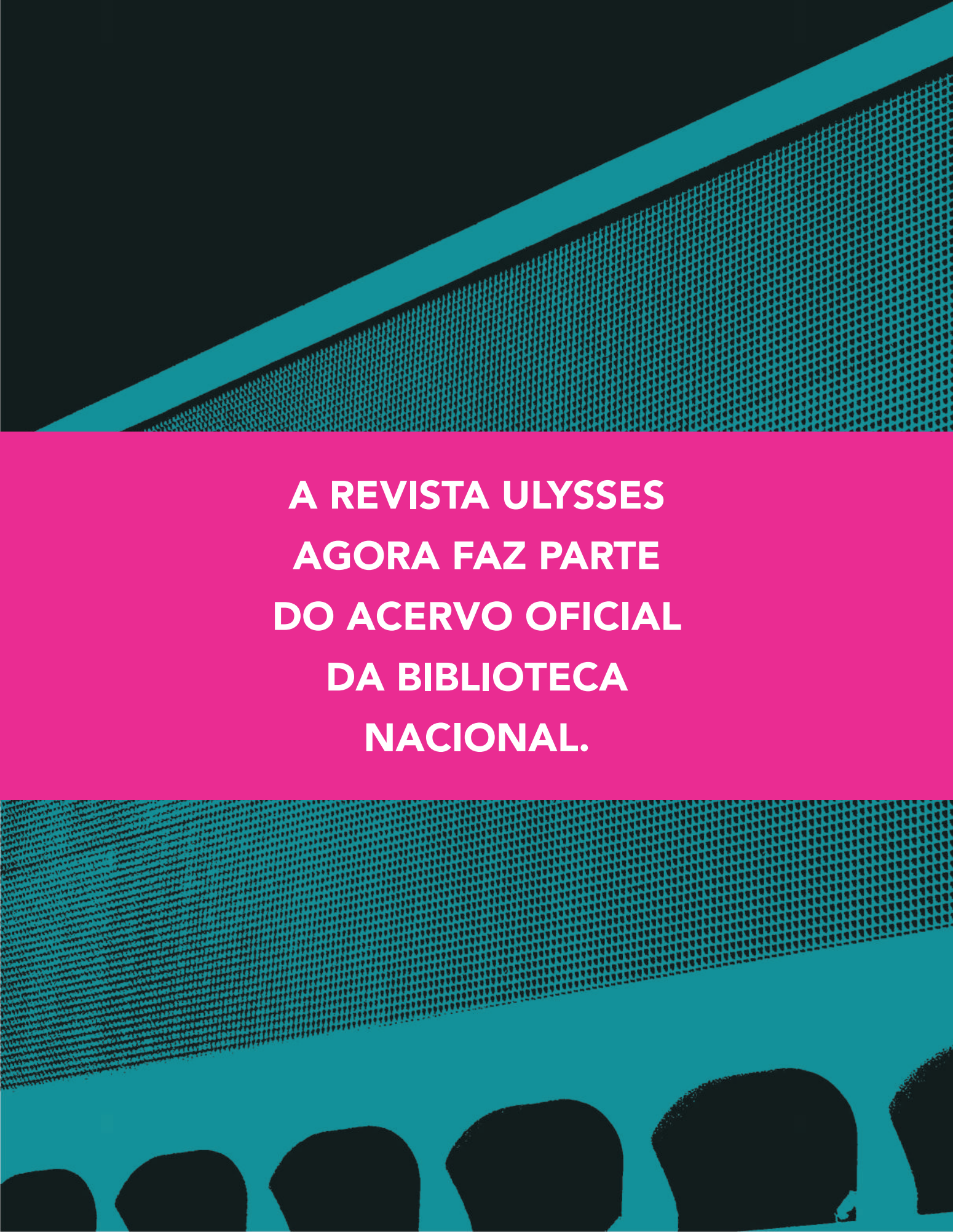
E de que maneira poderia existir a Associação Telecentro de Informações e Negócios (ATN) sem a tecnologia e a conectividade que ela usa para os projetos de inclusão digital? Com eles, a ATN possibilita que 10 milhões de cidadãos se beneficiem, a cada ano, de cursos de alfabetização digital, capacitação profissional, graduação e pós-graduação a distância – sem barreiras como distância ou tempo.

Para fazer a sua parte no apoio às entidades parceiras, a IBM decidiu estabelecer um novo modelo de parceria entre empresas e organizações sem fins lucrativos. O programa *Trailblazer Grants* envolve a doação às entidades, por parte da IBM, de softwares e serviços semelhantes aos que recebem os clientes para o gerenciamento de seus negócios. Isso abrange, inclusive, consultores IBM à disposição para auxiliar essas instituições na utilização das redes sociais de forma

estratégica, seja com análise de presença nestes meios de comunicação como com plano para otimizar o uso dessas ferramentas.

A capacidade de equilibrar a parte financeira com a missão de fazer mais com menos sempre foi um aspecto crucial para as organizações sem fins lucrativos. Porém, existe um limite para o que pode ser feito sem ajuda nenhuma. Precisamos encorajar parcerias criativas entre empresas locais e organizações sem fins lucrativos a fim de aproveitar as fontes de talento, habilidades e conhecimento da indústria que temos em nosso próprio quintal.

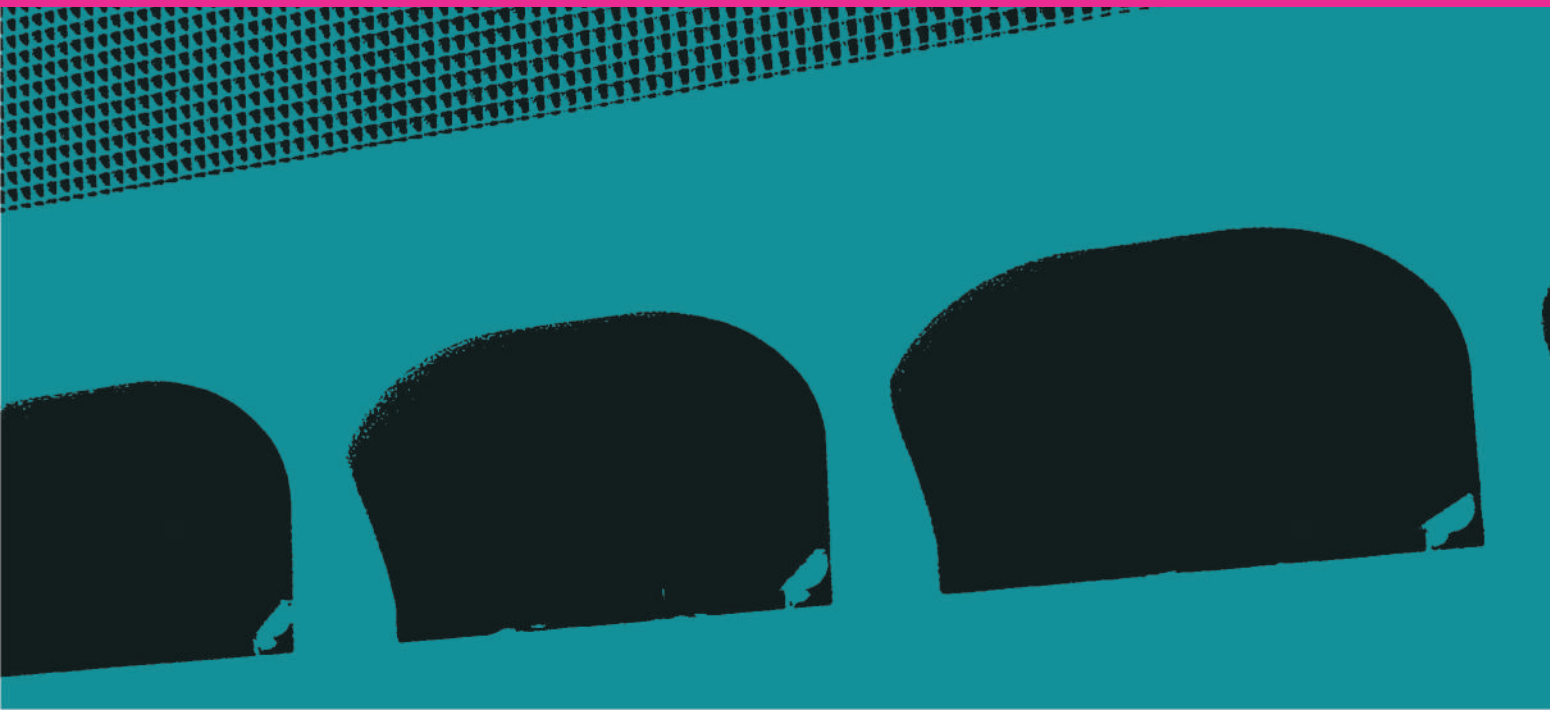
Questões como o trânsito, a mobilidade urbana, o transporte público, a segurança nas ruas e nos estabelecimentos, em maior ou menor grau, são comuns a quase todas as cidades. Com o apoio da tecnologia que as aproxima e fortalece, as instituições de cunho social podem ser agentes cruciais para ajudar cada município a se tornar uma cidade mais inteligente, onde a administração pública seja mais eficiente e o cidadão tenha um padrão de vida de mais qualidade e bem-estar.



**A REVISTA ULYSSES
AGORA FAZ PARTE
DO ACERVO OFICIAL
DA BIBLIOTECA
NACIONAL.**

A Fundação Ulysses Guimarães tem a alegria de comunicar que a Revista Ulysses agora faz parte do acervo oficial da Biblioteca Nacional.

Trata-se de uma imensa honra, pois a Revista Ulysses agora partilha o mesmo espaço onde se encontram as mais notáveis obras já publicadas na história do Brasil.





SUSTENTA

A large pile of trash, including plastic bottles, bags, and other debris, is scattered across a reddish-brown dirt area in the foreground. In the background, a dense green forest covers a hillside, and a city skyline is visible in the distance under a hazy sky. A small bird is flying in the upper left portion of the sky.

BILIDADE



AS PRINCIPAIS QUESTÕES AMBIENTAIS ATUAIS E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

GRAZIELA R. CAMARGO



CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento sustentável se refere à capacidade de satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. O conceito foi usado pioneiramente em 1987, no Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado em 1983, pela Assembleia Geral da ONU.

O BRASIL NAS TRÊS CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS DAS NAÇÕES UNIDAS: ESTOCOLMO, RIO E JOANESBURGO

A **Conferência de Estocolmo** (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, 1972) foi a primeira grande reunião organizada pelas Nações Unidas a concentrar-se sobre questões de meio ambiente. Sua convocação foi **consequência da crescente atenção internacional para a preservação da natureza**, e do descontentamento de diversos setores da sociedade quanto às repercussões da poluição sobre a qualidade de vida das populações.

A preparação e a realização da Conferência de Estocolmo deram-se em momento histórico marcado pelo **forte questionamento tanto do modelo ocidental de desenvolvimento quanto do modelo socialista**. As preocupações ambientais na década de sessenta obtinham eco somente em alguns setores da sociedade civil dos países mais ricos do Ocidente. A força do movimento ecológico, nos anos 60, vem, sobretudo, do

fato de as consequências negativas da industrialização, como poluição, tráfego e barulho, terem passado a afetar a maior faixa da população dos países ricos.

Na visão de diversos países em desenvolvimento, no final dos anos 60, a agenda ambiental – desenvolvida tão recentemente nas sociedades mais ricas – estava sendo transposta para o plano internacional de maneira precipitada. A convocação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, pela Resolução 2398 da XXIII Sessão da Assembleia Geral, entretanto, **tornava inevitável que os países em desenvolvimento passassem a estudar estratégias** e posições que orientassem a inserção do tema nas discussões internacionais de maneira a favorecer os seus principais pleitos. Em poucos anos, principalmente nos EUA, a legislação ambiental evoluiu de forma extraordinária, tomando mui-

tos setores econômicos de forma desprevenida.

Desde o primeiro momento, diversos grupos do setor produtivo – indústria, agricultura e energia – opuseram-se ao fortalecimento das legislações ambientais, tanto nos países desenvolvidos, quanto naqueles em desenvolvimento. Nesse contexto, a **Conferência de Estocolmo constituiu etapa histórica** para a evolução do tratamento das questões ligadas ao meio ambiente no plano internacional e também no plano interno de grande número de países. O tema, no entanto, ao ganhar crescente legitimidade internacional, passou a ser discutido cada vez menos do ponto de vista científico e cada vez mais no contexto político e econômico.

A Conferência de Estocolmo contribuiu significativamente para que o meio ambiente conquistasse a atenção da comunidade internacional.



O BRASIL NA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO

No momento da realização da Conferência de Estocolmo, o Brasil vivia seu “**milagre econômico**”. O período correspondia, igualmente, ao de maior **repres-**são política na história do país. No início dos anos 70, países com regimes autoritários e com altas taxas de crescimento econômico viam com receio o movimento a favor do meio ambiente, cujas repercussões para suas economias eram uma incógnita e cujos efeitos políticos sobre suas sociedades não podiam ser positivos, uma vez que o ambientalismo era associado aos movimentos de esquerda.

A Delegação Brasileira sabia com que imagem o Brasil chegava a Estocolmo: não era a do “milagre econômico”, da bossa nova e do tricampeonato de futebol. Era a de um país que estava, havia oito anos, sob um regime militar que dava ênfase absoluta a seu crescimento econômico, que não pretendia controlar o crescimento demográfico, que tinha péssimos registros

nas áreas de direitos humanos e de preservação da natureza, que tinha fortes tendências nacionalistas e ambições de domínio da tecnologia nuclear.

A principal ameaça para o Brasil em Estocolmo, no entanto, não viria da Europa ou dos EUA, e, sim, da Argentina, cuja posição com relação ao aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Paraná ameaçava os planos de construção da usina que seria, naquele momento, a maior hidrelétrica do mundo: Itaipu.

Durante a reunião preparatória “Reunião de Founex” (1971), o representante brasileiro teve papel fundamental ao conseguir incluir as teses brasileiras no relatório final. No documento de trabalho que apresentou na reunião, ele estrutura uma verdadeira teoria sobre a inter-relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, sem negá-la, mas alertando que se a perspectiva de um investi-

mento ambiental não fosse diretamente ligada a um aumento da produção ou da produtividade, o investimento em meio ambiente não se justificaria neste estágio específico de desenvolvimento econômico, pois seus recursos deveriam ser destinados ao suprimento de necessidades das populações. Afinal, como investir em desmatamento quando faltavam recursos para a saúde, saneamento e infraestrutura? No auge do regime militar, o Brasil, portanto, defendeu uma agenda que, nos anos subsequentes, provaria ser adequada a um país democrático.

A posição brasileira de não aceitar o tratamento multilateral dos temas ambientais de forma isolada e de associá-lo ao do desenvolvimento econômico representava uma alternativa construtiva e comprovou-se uma opção política acertada, uma vez que, até hoje, permanecem sob esta ótica as negociações ambientais.



O BRASIL NA CONFERÊNCIA DO RIO

O Brasil, ao assumir a organização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, tomou uma decisão que teve importantes repercussões nas políticas interna e externa do país. Nesta época, as conhecidas consequências da má distribuição de renda agravaram-se, sobretudo nas cidades. Na área ambiental, as circunstâncias brasileiras favoreceram o crescimento do interesse da opinião pública pelo tema, mas também alimentaram a frustração com a qual o país assistia à destruição desnecessária de alguns recursos naturais – simbolizadas pelas queimadas na Amazônia – e ao desprezo pelo bem-estar das populações.

Uma série de acontecimentos fez de 1988 o ano em que o Brasil se tornou o foco principal do debate ambiental internacional: “a segunda onda do meio ambiente”, como se refere o Embaixador Luiz Filipe de Mace-

do Soares, desencadeada, em grande parte, pela ampla divulgação do Relatório Brundtland, trazia uma agenda que refletia as preocupações ambientais de uma nova geração nos países desenvolvidos. Não era mais a poluição – que havia sido satisfatoriamente contornada nos países mais ricos – que dominava a opinião pública: entre as novas preocupações, estavam a mudança do clima e a perda de biodiversidade. O aumento das queimadas na Amazônia, segundo novos dados – independentemente de serem ou não confiáveis, recebeu particular destaque na mídia internacional, assim como suas consequências para o clima e a biodiversidade.

O governo do Presidente José Sarney, apesar de concentrado nos inúmeros problemas internos, teve de tomar medidas que transmitissem importância à questão ambiental. O Presidente lançou, em outubro de

1988, no mesmo mês em que foi adotada a nova Constituição, o Programa Nossa Natureza, que envolvia sete ministérios. No dia 6 de dezembro de 1988, o Brasil apresenta sua candidatura para sediar a planejada Conferência de 1992 sobre questões ambientais. Poucos meses depois, foi decidida a criação do IBAMA.

A deterioração da imagem do país no exterior vinha sendo acompanhada com preocupação pelo Itamaraty e, principalmente, por suas repartições na Europa e nos EUA, onde o Brasil se tornara alvo de grupos ambientalistas e da imprensa. Foi do Itamaraty que partiu a ideia de sediar a Conferência de 1992 no Brasil. Alguns diplomatas viram que, naquele momento de crise, a questão do meio ambiente poderia representar uma oportunidade.

Os Embaixadores Flecha de Lima e Nogueira Batista estavam longe de querer assumir,



com a decisão de sediar a Conferência, uma posição de alinhamento às prioridades dos países desenvolvidos: as mudanças na posição brasileira davam-se muito mais pelas circunstâncias internas, em função da redemocratização e da nova Constituição. O Brasil podia assumir diante de sua sociedade civil os problemas ligados ao meio ambiente e a dificuldade de combatê-los, mas o país continuaria a defender que seu desenvolvimento econômico era o melhor caminho e que a soberania sobre seus recursos naturais era indiscutível.

Ao assumir a Presidência da República, em março de 1990, Fernando Collor anunciou que o meio ambiente seria uma das suas prioridades. Por ocasião do anúncio oficial de que a Conferência se realizaria no Rio, em agosto de 1990, o Presidente se

autoproclamou líder mundial da causa ambiental.

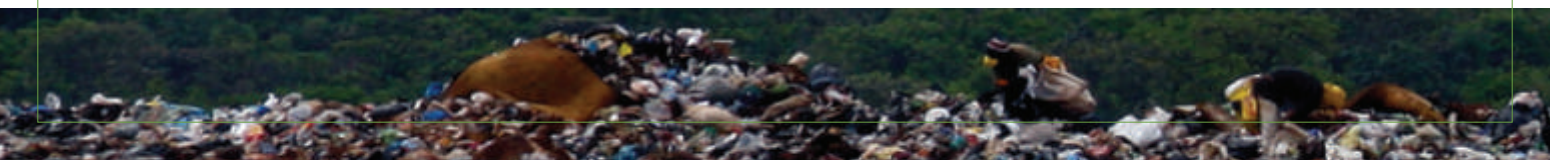
Durante o período preparatório da Conferência, o Brasil adotou atitude de liderança muito diferente da que assumira em Estocolmo: a Conferência do Rio havia sido convocada com espírito que resguardava os princípios pelos quais o Brasil havia lutado em Estocolmo. O Brasil teve ativa participação durante o processo preparatório – e durante a própria Conferência – nas negociações dos cinco documentos que seriam assinados no Rio, nos quais tinha profundos interesses envolvidos por sua circunstância excepcional de país que reúne, por si só, quase toda a agenda ambiental: poluição, florestas, pesca, população, pobreza, biodiversidade, desertificação e seca, recursos do solo, recursos hídricos, resíduos tóxicos,

emissões.

Na Convenção sobre Diversidade Biológica, o Brasil teve de evitar, antes de tudo, o avanço do conceito de que os recursos biológicos representariam “patrimônio comum da humanidade”. O Brasil conseguiu que se reconhecesse, ao contrário, a soberania sobre recursos naturais: isto ocorria pela primeira vez em uma Convenção, um passo importante, pois passava ao direito positivo um Princípio da Declaração de Estocolmo.

O discurso brasileiro, como se viu, foi alterado em função das mudanças internas do país: o Brasil passou a admitir que o que ocorria dentro de seu território podia ser de interesse dos outros países, mas continuava a ser de sua inteira responsabilidade.

O BRASIL NA CÚPULA DE JOANESBURGO



Nos dez anos que separam a Conferência do Rio da Cúpula de Joanesburgo, a posição internacional do Brasil no tocante ao meio ambiente mudou de forma significativa. Por um lado, o foco das maiores críticas do ambientalismo contemporâneo concentrou-se na globalização, da qual países em desenvolvimento como o Brasil são vistos como vítimas. Por outro, é reconhecido internacionalmente que o Brasil é um dos países em desenvolvimento que maiores progressos conseguiu realizar na área ambiental nos últimos anos. A maior demonstração disso foi a cuidadosa elaboração da Agenda 21 brasileira, apresentada em Joanesburgo, resultado de cinco anos de trabalho.

Em uma das reuniões preparatórias, o Brasil decidiu propor o lançamento de uma iniciativa latino-americana e caribenha. A proposta foi levada à VII Reunião do Comitê Intersessional do Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, que se realizou em São Paulo, em maio de 2002. Por decisão unânime das delegações presentes, foi aprovada a Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC), que incorporava a Proposta Brasileira de Energia, que continha uma meta para que a região adotasse uma matriz energética com

pelo menos 10% de energias renováveis até 2010.

Em junho de 2002, aconteceu o Seminário Internacional Rio+10, que contou com mais de 1.200 participantes, e que culminou com a cerimônia simbólica de transferência de sede da Conferência do Rio de Janeiro para Joanesburgo.

O Brasil, desde o início do período preparatório, "adotou firme posição protagonista". Para esse papel contribuiu a nomeação, em janeiro de 2001, do Professor Celso Lafer para o Ministério das Relações Exteriores, cargo que já ocupara no governo Collor, justamente no período da Conferência do Rio. O envolvimento pessoal do Chanceler nas negociações no âmbito da OMC fortaleceu a sua percepção de que se deviam fortalecer os vínculos entre os importantes processos negociadores de comércio, financiamento e desenvolvimento sustentável.

A questão das energias renováveis dividiu tanto os países desenvolvidos quanto o Grupo dos 77 e China. União Européia e América Latina e Caribe, sob a liderança da Delegação brasileira empreenderam uma verdadeira campanha para que fosse incorporada ao Plano de Implementação uma meta de fontes renováveis de energia. Esse

esforço não conseguiu vencer os obstáculos dos principais países produtores de petróleo e dos Estados Unidos, mas permitiu que fossem incluídos artigos desde a menção à eliminação de subsídios a energias prejudiciais ao meio ambiente, até a recomendação de "com sentido de urgência, aumentar substancialmente a participação global das fontes de energia renovável". Esse talvez seja um dos avanços mais significativos com relação ao Rio, onde os países produtores de petróleo haviam conseguido bloquear as referências a maiores incentivos às energias renováveis.

Outro importante resultado para o Brasil foi o lançamento da negociação de um instrumento internacional sobre a repartição de benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, no contexto da Convenção sobre Diversidade Biológica. Nas seções sobre globalização e meios de implementação, o Brasil também atuou como portavoz do G77 e China.

A Delegação do Brasil foi reconhecida, de maneira geral, como uma das mais atuantes na Cúpula de Joanesburgo: havia coordenado o Grupo dos 77 e China em diversas negociações, e liderado a tentativa de fixação de uma meta para energias renováveis na matriz energética mundial.



PRINCIPAIS TEMAS DA AGENDA INTERNACIONAL AMBIENTAL E O BRASIL

Biodiversidade

O Brasil atribui importância fundamental à questão da diversidade biológica. O país possui a maior cobertura florestal tropical do mundo e a mais rica biodiversidade do planeta.

- Só a Amazônia abriga cerca de um terço das florestas tropicais do mundo;
- Abriga a maior bacia de água doce do planeta;
- 63,7% da região amazônica encontra-se em território brasileiro

Principal Convenção Internacional que trata do tema:

Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB): foi aberta para assinatura dos Estados durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, tem como objetivos a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos.



Além disso, a Convenção reconhece a soberania dos Estados sobre seus recursos genéticos, bem como o direito de cada Estado determinar, por lei nacional, o regime de acesso aos recursos de sua biodiversidade.

- O Brasil foi o primeiro país a assinar a Convenção, durante a Rio-92, e ratificou-a em 1994.

O Brasil tem sido um dos países mais atuantes nas negociações nos órgãos estabelecidos pela Convenção, em razão da importância estratégica dos recursos da diversidade biológica para o desenvolvimento econômico e social do país.

- O principal desses órgãos é a Conferência das Partes (COP), que reúne os Estados-Parte da CDB a cada dois anos.

Durante a Sexta Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica, celebrada em Haia, em 2002, acordou-se a meta de reduzir significativamente o ritmo de perda da biodiversidade até 2010.

- Essa meta foi ratificada durante a Cúpula das Nações Unidas de Joanesburgo (2002), que também enfatizou a importância de concluir a negociação do regime internacional de acesso e repartição de benefícios antes de 2010. Brasil atribui grande importância a este objetivo.

- Para o Brasil, o tema da repartição de benefícios derivados da utilização de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais associados é central no contexto da CDB, pois o país abriga grandes populações indígenas, que possuem conhecimentos tradicionais ancestrais.

- Durante a COP-8, as partes decidiram adotar, em 2010, um acordo internacional com normas obrigatórias sobre a repartição de benefícios para coibir a biopirataria e garantir que os benefícios monetários e não-monetários oriundos da utilização dos recursos da biodiversidade sejam repartidos com os países de origem desses recursos.

- Espera-se que esse regime, uma vez concluído, possa levar à efetiva implementação do terceiro objetivo da Convenção e auxiliar no combate à biopirataria e na proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e comunidades locais.

- No âmbito da CDB, são discutidos, ainda, temas de grande relevância para o Brasil, como a preservação da biodiversidade de ecossistemas específicos (por exemplo, florestas e áreas marinhas e costeiras), a biodiversidade agrícola, a transferência de tecnologia e a cooperação tecnológica.

- Endereço eletrônico para a Convenção sobre Diversidade Biológica: www.cbd.int

Biocombustíveis

A crescente demanda por energia nas economias emergentes vem exercendo grande pressão na capacidade mundial instalada de extração de petróleo. O Brasil tem muito a contribuir para essa discussão, pois é detentor de importante conhecimento acumulado na área de biocombustíveis, em particular no uso de etanol de cana-de-açúcar como combustível automotivo.



Dados sobre a produção brasileira de biocombustíveis:

- A matriz energética brasileira é uma das mais limpas do mundo.
- Mais de 45% de toda a energia consumida no país provém de fontes renováveis, ao passo que a média de participação dessas fontes na matriz energética dos países desenvolvidos é de cerca de 10%.

Isto se traduz em nítida vantagem para a posição do país no contexto atual, em que as preocupações com a segurança energética e com o meio ambiente têm levado diversos países a buscar alternativas aos combustíveis fósseis e a tentar implementar iniciativas para reduzir suas emissões de gases geradores de efeito estufa (GEE).

Biossegurança

As questões que envolvem a biossegurança e, em particular, os organismos geneticamente modificados (OGMs) têm sido alvo de intenso debate na sociedade. Com vistas a estabelecer um regime internacional sobre a biossegurança, foi criado um Protocolo sobre Biossegurança à Convenção sobre Diversidade Biológica (Protocolo de Cartagena).

Protocolo de Cartagena:

- Adotado em 29 de janeiro de 2000 - entrou em vigor em 11 de setembro de 2003.
- O Protocolo visa contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços.
- O Brasil tem papel singular no contexto do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, uma vez que é, ao mesmo tempo, país megadiverso, usuário de OGMs e o maior exportador agrícola a aderir ao Protocolo.
- O país busca, assim, promover perspectiva ampla que equilibre desenvolvimento científico, proteção à biodiversidade e à saúde humana e interesses de países importadores e exportadores, levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.

Durante a Terceira Reunião das Partes no Protocolo (MOP-3), realizada em Curitiba, em março de 2006, foi adotada decisão sobre regras detalhadas de identificação de carregamentos de OGMs destinados à alimentação humana ou animal, ou para processamento.

- Estão em curso discussões sobre o estabelecimento de um regime sobre responsabilidade e compensação por danos resultantes de movimentos transfronteiriços de OGMs no âmbito do Protocolo.
- Endereço eletrônico para o Protocolo de Cartagena: www.cbd.int/biosafety



Florestas

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92), o debate internacional sobre florestas tem alcançado papel de crescente importância na agenda internacional. O tratamento abrangente das questões relacionadas ao manejo sustentável dos recursos florestais é requisito importante nas negociações internacionais, consagrado nos Princípios sobre Florestas, na Agenda 21, e no Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF), criado pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

- O Brasil vem participando ativamente das discussões sobre florestas no plano multilateral, nas quais defende um tratamento equilibrado do tema, focalizando a atenção devida a todos os sistemas florestais (tropicais, boreais e temperados) e no tratamento abrangente (econômico, comercial, social, cultural e ambiental) das questões relacionadas ao manejo sustentável dos recursos florestais.
- O debate sobre florestas envolve, portanto, assuntos de extrema relevância, como a conservação e uso sustentável da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos, a promoção do desenvolvimento sustentável e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais.
- O Fórum das Nações Unidas sobre Florestas - UNFF é o foro multilateral de cunho universal inteiramente dedicado à concertação de posições e interesses sobre o assunto.
- O objetivo do UNFF é a promoção do manejo, a conservação e o desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas, bem como fortalecer o compromisso político na área.

O Brasil

- O Brasil ocupa posição de destaque no que se refere ao tema das florestas.
- Com 478 milhões de hectares de floresta em seu território (12% de toda a cobertura florestal mundial) e abrigando de 15 a 20% de toda biodiversidade e 16% de toda água doce superficial do planeta, o país é ator protagonista em todos os foros internacionais sobre o assunto.
- É do interesse do país que as discussões sejam sempre pautadas pelo princípio da soberania de cada Estado sobre os seus recursos naturais (consagrado e reconhecido internacionalmente pelo Princípio 2 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento).
- O Brasil tem defendido que o incremento da cooperação internacional em matéria de meio ambiente constitui o único caminho para atingir os objetivos acordados no plano global de promoção do desenvolvimento sustentável. O incremento da assistência financeira e técnica e da transferência de tecnologia por parte dos países industrializados constitui elemento essencial nesse contexto, com base no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas dos Estados, pela preservação do meio ambiente, à luz de sua contribuição histórica pela degradação do planeta (Princípio 7 da Declaração do Rio).



Recursos Hídricos

O Brasil detém 12% das reservas de água doce do planeta, perfazendo 53% dos recursos hídricos da América do Sul, posição que o coloca em situação de destaque no contexto internacional. Para o país, a água é recurso natural estratégico, cuja gestão integrada recai no âmbito da soberania nacional e constitui responsabilidade do Estado perante seus cidadãos.

A gestão dos recursos hídricos deve estar orientada pela Agenda 21 e referir-se aos princípios contidos na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em particular o princípio 2, que consagra o direito soberano dos Estados de explorar seus recursos naturais segundo suas próprias políticas nacionais.

No plano bilateral, por meio de diversos acordos, o Brasil e seus vizinhos colaboram com vistas à gestão integrada dos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços.

O principal evento internacional em matéria de recursos hídricos é o Foro Mundial da Água, que se realiza a cada três anos. O evento na Cidade do México congrega representantes de Governo, organizações internacionais e ONGs interessadas nesse campo.

No que respeita à proteção e manejo sustentável de áreas úmidas, o Brasil é parte, desde 1993, da Convenção Ramsar, em vigor desde 1975, a qual, embora originariamente voltada à preservação dos habitats das espécies migratórias de aves aquáticas, ganhou, ao longo do tempo, novas prioridades relacionadas ao uso sustentável da biodiversidade e à gestão dos recursos hídricos. O país possui oito áreas inscritas na Lista Ramsar de Sítios de Áreas Úmidas de Importância Internacional, cuja gestão é coordenada pelo MMA.

São eles:

- Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (AM);
- Reentrâncias Maranhenses;
- Parque Nacional do Araguaia;
- Parque Nacional do Pantanal Matogrossense;
- Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS);
- Parque Nacional Marinha de Parcel Luiz (MA);
- Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense e;
- Reserva Particular do Patrimônio Natural do SESC Pantanal (MT).

No âmbito da Convenção Ramsar, o Brasil faz parte, ainda, da Iniciativa de Poconé, voltada para a proteção do sistema Paraguai-Paraná, envolvendo representantes governamentais e não governamentais da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

No contexto dessa Iniciativa, foi produzida a “Ata de Poconé”, que estabelece diretrizes para uma agenda de cooperação na gestão do sistema de áreas úmidas Paraguai-Paraná.

O Brasil vem buscando promover iniciativas com o objetivo de fortalecer a cooperação em manejo de recursos hídricos, a fim de garantir pleno acesso à água às populações da região. No seio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), os recursos hídricos representam área fecunda para a cooperação, por conta do enorme potencial hídrico compartilhado pelos países da bacia amazônica.



Desertificação

A desertificação e a degradação da terra representam sérios problemas globais. Atualmente, esses fenômenos afetam 33% da superfície terrestre e atingem cerca de 2,6 bilhões de pessoas. A área global atingida pela seca aumentou mais de 50% ao longo do século XX.

- Na América Latina, mais de 516 milhões de hectares sofrem os efeitos da desertificação.
- Como resultado desse processo, perdem-se 24 bilhões de toneladas por ano da camada arável do solo, o que afeta negativamente a produção agrícola e o desenvolvimento sustentável.
- A Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), aprovada em 1994 e ratificada pelo Brasil em 1997, conta hoje com 191 Partes e constitui o maior esforço empreendido pela comunidade internacional na área do combate à desertificação.
- Seu objetivo é combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca em países cujos territórios compreendam zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, por meio de estratégias integradas de longo prazo baseadas no aumento da produtividade da terra e na reabilitação, conservação e gestão sustentada dos recursos em terra e hídricos.
- A UNCCD estabelece que os Estados Partes desenvolvidos deverão mobilizar recursos financeiros e facilitar, por meio da cooperação internacional, a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento afetados.
- A Convenção reconhece que a África, como região mais gravemente afetada pela degradação do solo, deve ser a principal beneficiária da cooperação internacional dirigida ao combate à desertificação.
- O Brasil e os demais países da América Latina empenharam-se, desde a fase preparatória da Convenção, em caracterizar a desertificação como problema global, sem deixar de reconhecer a situação especialmente grave do continente africano.
- Por iniciativa dos países latino-americanos, e em particular do Brasil, foram estabelecidos Anexos de implementação regional da Convenção, que contemplam ações de combate à desertificação específicas para regiões do planeta afetadas pela degradação do solo (como exemplo, cite-se o Anexo III, relativo à América Latina e ao Caribe).

Bibliografia:

Site do Ministério das Relações Exteriores:

www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=980&Itemid=520

Estocolmo, Rio de Janeiro e Joanesburgo: O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas (Funag), de André Aranha Corrêa do Lago



UM NOVO CÓDIGO FLORESTAL PARA O BRASIL

Proposta de novo marco regulatório com parâmetros para proteção ambiental foi aprovada na Câmara e está em avaliação no Senado Federal

A exploração da terra no Brasil, com parâmetros e limites para preservar a vegetação nativa e a compensação para o uso de matérias-primas, além de penas para crimes ambientais, é regulamentada pelo Código Florestal. A lei em vigor é de 1965 (Lei 4.771/65) e já sofreu inúmeras alterações por meio de decretos e medidas provisórias, o que demonstra a necessidade de uma nova regulamentação para o setor.

A garantia dos avanços tecnológicos e a adequação ambiental das atividades produtivas são defendidas pelo meio científico. No documento “O Código Florestal e a Ciência – Contribuições para o diálogo”, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) afirmam que “os resultados já alcançados devem traduzir-se em políticas que garantam uma ação integrada entre Ciência & Tecnologia e os setores produtivos. É do mais alto interesse do país implantar um ordenamento territorial inteligente e justo”.

Ainda no documento, as entidades defendem que “o uso adequado das terras é o primeiro passo para a preservação e conservação dos recursos naturais e para a sustentabilidade da agricultura; deve, portanto, ser planejado de acordo com a sua aptidão, capacidade de sustentação e produtividade econômica, de tal forma que o potencial de uso dos recursos naturais seja otimizado, ao mesmo tempo em que sua disponibilidade seja garantida para as gerações futuras”.

Com o objetivo de atualizar a legislação ambiental brasileira, um novo Código Florestal está em análise no Congresso Nacional. Após longo debate, a proposta foi aprovada pela Câmara no dia 24 de maio e agora tramita no Senado como o Projeto de Lei da Câmara 30/2011.

Entre os temas avaliados na nova legislação, têm sido destacadas as alterações na regulamentação da Reserva Legal e das APPs (Áreas de Preservação Permanente). A

Reserva Legal é a área localizada no interior de propriedade ou posse rural necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, onde não é permitido o desmatamento (corte raso), mas é permitido o uso com manejo sustentável, que garanta a perenidade dos recursos ambientais e dos processos ecológicos. É destinada também à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e da flora nativas.

Já as APPs são constituídas por florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo de rios, cursos d'água, lagoas, lagos, reservatórios naturais ou artificiais, nascentes e restingas, entre outras. Essas áreas têm a função ambiental de preservar recursos hídricos, paisagens, estabilidade geológica, biodiversidade e fluxo gênico (transferência de genes de uma população para outra) de fauna e flora, além de proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas que vivem no local.



Código Florestal Atual (Lei 4.771/65)

RESERVA LEGAL

Na Amazônia Legal:
 - 80% em área de florestas;
 - 35% em área de cerrado;

Demais regiões e biomas do país: 20%

Cálculo da Reserva Legal excetua APPs

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)

Vegetação nativa de margens de rios, lagos e nascente, tendo como parâmetro o período da cheia. Várzeas e mangues; matas de restingas; encostas; topos dos morros; e áreas com altitude superior a 1.800 metros.

A vegetação nativa obrigatória nas margens dos rios e outros cursos d'água:

- 30m para matas ciliares em rios de até 10m de largura;
- 50m nas margens de rios entre 10 e 50m de largura, e ao redor de nascentes de qualquer dimensão;
- 100m nas margens de rios entre 50 e 200m de largura;
- 200m para rios entre 200 e 600m de largura;
- 500m nas margens de rios com largura superior a 600m;
- 100m nas bordas de chapadas.

Texto novo Código Florestal aprovado pela Câmara

RESERVA LEGAL

Na Amazônia Legal:
 - 80% em área de florestas;
 - 35% em área de cerrado;
 - 20% em campos gerais

Demais regiões e biomas do país: 20%

Cálculo da Reserva Legal admite soma com APP, desde que esteja preservada ou em recomposição e não implique mais desmatamento.

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)

Vegetação nativa de margens de rios, lagos e nascente, tendo como parâmetro o período regular da água. Várzeas, mangues e matas de encostas, topos de morros e áreas com altitude superior a 1.800 metros podem ser utilizadas para determinadas atividades econômicas agrossilvopastoris. A planície pantaneira passa a ser área de "uso restrito", aberta a atividades econômicas específicas.

A vegetação nativa obrigatória nas margens dos rios e outros cursos d'água:

- 30m para matas ciliares em rios de até 10m de largura;
- *Quando houver área consolidada em APP de rio de até 10m de largura, reduz-se a largura mínima da mata para 15m.
- 50m nas margens de rios entre 10 e 50m de largura, e ao redor de nascentes de qualquer dimensão;
- 100m nas margens de rios entre 50 e 200m de largura;
- 200m para rios entre 200 e 600m de largura;
- 500m nas margens de rios com largura superior a 600m;
- 100m nas bordas de chapadas.

Mais informações: <http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal>

RESÍDUOS SÓLIDOS OU LIXO, QUAL A DIFERENÇA?

Os resíduos sólidos são aquilo que costumeiramente chamamos de lixo, materiais sólidos considerados sem utilidade, supérfluos ou perigosos, gerados pela atividade humana e que devem ser descartados ou eliminados.

Por gerar grande impacto ambiental, o descarte e manejo

dos resíduos são objeto de diversas legislações federais, estaduais e municipais que têm o objetivo de diminuir seus efeitos poluidores e danos à saúde da população.

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, subordinada ao Ministério das Cidades, realizou o estudo “Diagnós-

tico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos”, em 2009, com informações de 1.964 municípios brasileiros.

De acordo com o estudo, a cobertura do serviço regular de coleta domiciliar, que deve ter uma frequência mínima de uma vez por semana, atinge, na média nacional, 93,4% dos domicílios.

Taxas de cobertura do serviço de coleta regular de RDO em relação à população total, por regiões. Brasil, 2009.

Região	Quantidade de municípios (municípios)	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total		
		Mínima (%)	Máxima (%)	Indicador médio (%)
Norte	83	29,1	100	88,6
Nordeste	352	20,5	100	89,1
Sudeste	595	24,9	100	96
Sul	537	20	100	93
Centro-Oeste	131	31,6	100	93,4
Total	1.698	20	100	93,4

Fonte: Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos 2009 - SNSA

A pesquisa também avalia a quantidade de resíduos coletados, que chega a 0,96kg per capta/dia, valor

que soma o lixo doméstico com o recolhido nas ruas. A região Centro-Oeste é a que mais produz resíduos, com

uma média de 1,47kg per capta e o menor índice fica com a região Sul, com 0,81kg.



Massa coletada (RDO+RPU) per capita em relação à população urbana, por regiões. Brasil, 2009

Região	Quantidade de municípios (municípios)	Massa coletada per capta		
		Mínimo (kg/hab/dia)	Máximo (kg/hab/dia)	Indicador médio (kg/hab/dia)
Norte	48	0,12	2,74	1,15
Nordeste	202	0,11	2,81	1,03
Sudeste	392	0,10	2,54	0,88
Sul	366	0,10	2,96	0,81
Centro-Oeste	79	0,10	2,55	1,47
Total	1.087	0,10	2,96	0,96

Fonte: Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos 2009 - SNSA



HÁBITOS DE CONSUMO E RECICLAGEM

Apesar de mais de 90% dos domicílios brasileiros serem cobertos por serviço de coleta de lixo, de acordo com os dados oficiais, preocupa a destinação dada aos resíduos.

Estudo do Ministério do Meio Ambiente intitulado "Sustentabilidade Aqui e Agora", realizado em 2010, que avaliou os hábitos de consumo e reciclagem da população de 11 capitais brasileiras concluiu, entre outras coisas, que há "pouca dis-

posição para mudanças que dão trabalho ou que obriguem a 'botar a mão no bolso'", no que diz respeito à destinação correta de resíduos.

De acordo com os dados coletados, 70% dos entrevistados jogam pilhas e baterias no lixo doméstico e cerca de 66% descartam remédios em casa. Além disso, 39% jogam óleo usado na pia da cozinha, 33% jogam tintas e solvente no lixo de casa e 17% guardam em casa lixo ele-

trônico.

Os entrevistados também mostraram grande disposição em não usar mais sacolas plásticas (60%), mas 21% não saberia como descartar lixo sem o material, o que mostra a grande deficiência da educação para práticas sustentáveis.

Por fim, os principais problemas ambientais reconhecidos pela população na pesquisa foram esgoto, lixo e enchentes.



PREOCUPAÇÃO COM O LIXO É TEMA DE DISCUSSÃO NO CONGRESSO NACIONAL

O manejo do lixo produzido e a busca por soluções para a erradicação dos lixões no país são algumas das principais preocupações da Subcomissão criada para o acompanhamento da regulamentação da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Vinculada à Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara, o colegiado, presidido pelo deputado Adrian (RJ), vem realizando debates e estudando propostas para assegurar a meta estabelecida pela presidente Dilma Rousseff de acabar com os lixões até 2014.

De acordo com levantamento realizado pelo deputado, hoje no Brasil mais de 50% dos municípios brasileiros ainda não

dispõem de aterros sanitários. “O cumprimento da meta proposta pelo Executivo deve primeiro alcançar os municípios, que teriam até 2012, para colocar em prática seu plano de gerenciamento de resíduos previsto em lei. Os municípios têm que estar com seus planos prontos para em no máximo três anos conseguirmos eliminar os lixões”, afirmou.

A ideia, segundo Adrian, é apresentar aos municípios com até 50 mil habitantes soluções como a criação de consórcios intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos. “No caso específico de municípios pequenos que, geograficamente, se encontrem isolados, o governo precisará ter uma participação efetiva, com investi-

mentos. A realidade é que algumas administrações municipais não têm condições de arcar com os custos da folha de pagamento dos servidores, que dirá tratar o lixo”, esclareceu.



REAPROVEITAMENTO DE EMBALAGENS

A logística reversa – que cria mecanismos de controle do fluxo de produtos e embalagens desde a origem até o pós-consumo – também deve ser trabalhada dentro da subcomissão, que tem inicialmente seis meses para apresentar propostas para o setor.

O deputado Adrian afirma

que essa logística, já executada pelas grandes indústrias que recebem de volta pilhas, lâmpadas, garrafas e outros produtos, deve ser estendida ao comércio também. “Um bom exemplo, é o consumo de cosméticos ou perfumes. Quando uma pessoa compra um perfume, ele vem em um caixa, que é colocado em uma sacola. A reu-

tilização dessa embalagem em uma compra posterior pode se tornar um hábito. A própria loja poderia estabelecer critérios de troca ou de reaproveitamento de embalagens, até mesmo criando uma política de descontos. Imagine quanto de lixo vai se deixar de ser gerado?”, questionou.



LIXO TEM VALOR

Dentro dessa perspectiva é que o deputado Adrian apresentou, à Mesa da Câmara, o Projeto de Lei 1929/2011, que cria Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Embalagens e o Fundo Nacional para a Reciclagem. A proposta, que aguarda apreciação da Comissão de Meio Ambiente da Casa, atribui ao lixo um valor financeiro. Na prática, sacolas plásticas, papelões, latinhas e uma série de outros produtos passariam a ter um valor fixo e o seu comércio passaria a ser regu-

lamentado. “Se alguém caminha pela rua e ver uma sacola plástica no chão, vai continuar andando. No entanto, o mesmo não acontece com as latinhas de cerveja ou refrigerante, porque elas têm um valor agregado”, defendeu.

Para Adrian, o valor agregado dado ao lixo pode resolver o grave problema social observado nos lixões espalhados pelo país, uma vez que o lixo passa a ser uma fonte de geração de empregos. “É uma forma digna

de garantir uma receita financeira a milhares de famílias”, disse.

Outra questão que será debatida dentro da Subcomissão de Resíduos Sólidos diz respeito ao aproveitamento energético nos aterros sanitários. “O ideal é que criemos um sistema de tratamento de resíduos sólidos que reduza as emissões de metano provocados pela decomposição da matéria orgânica e ao mesmo tempo possa produzir energia”, ressaltou.

QUESTÃO SOCIAL

Para Adrian, o primeiro passo para resolver o problema do lixo é encarar os resíduos sólidos como investimento. “É fundamental que as esferas governamentais incentivem o surgimento e fortalecimento das associações e cooperativas de catadores de lixo, que hoje chegam a 900 mil profissionais. Desse modo, o lixo vai passar a ser um gerador de renda para as famílias desses catadores, vai gerar de receitas para os municípios e empregos para a população, por meio da reciclagem”, disse.

Adrian destaca ainda que o estímulo as cooperativas contribuirá para a diminuição dos índices de violência, isso porque uma parte dos catadores é formada por ex-presidiários e pessoas que têm problemas com drogas. “É uma oportunidade de trabalho para pessoas que se mantêm excluídas, à margem.

Se tiramos as pessoas das drogas e oferecermos uma chance àqueles que vêm dos presídios, estamos em parte resolvendo, ou ajudando, a amenizar o problema da violência”, ponderou.

O parlamentar acredita que a mudança de consciência, tanto da sociedade como dos congressistas, é capaz de alterar completamente o panorama do lixo no Brasil. “Infelizmente nosso país nunca se atentou para a importância do lixo. Hoje dispomos de tecnologia para construir um conjunto de residências populares de materiais que são jogados fora, como plásticos, garrafas pet, entre outros. Com o lixo podemos produzir tijolo, telha e tantas outras coisas”, lembrou.

O deputado destacou que do volume anual de lixo produzido por habitante - que só na classe média é de aproximadamen-

te 800 gramas por dia - nem 10% é reaproveitado. “Mas se analisarmos que o percentual de lixo reciclado hoje no Brasil permite uma economia de cerca de R\$ 1,5 bilhão, o quanto nós não estamos perdendo?”.

Outra questão abordada pelo deputado se refere à responsabilização da sociedade na preservação dos recursos naturais. “As indústrias seguem normas jurídicas que as obrigam a respeitar o meio ambiente. A subcomissão vem estudando formas de criminalizar o cidadão que for pego em flagrante jogando lixo nos rios, bueiros e valas públicas. A transformação desse quadro só acontecerá com a participação do governo, da sociedade, das indústrias e do comércio. Somente dessa forma podemos construir um país sustentável, que respeita as questões ambientais e o seu povo”, enfatizou.



CADA UM PODE SER RESPONSÁVEL POR MUNDO SUSTENTÁVEL

A adoção de atitudes sustentáveis, entre elas o uso racional de energia elétrica, o descarte de pilhas e baterias, a coleta seletiva, o reuso da água da chuva, a utilização de embalagens recicláveis, pode assegurar não só a sobrevivência do homem no planeta como também permite que todos possam usufruir

desse benefício por muitos anos.

Por essa razão, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estuda a possibilidade de oferecer aos consumidores a aderirem à conta de luz pré-paga, na qual será possível acompanhar em tempo real o consumo de energia elétrica. O

pré-pagamento de luz funcionará da mesma forma como já ocorre com o sistema de telefonia móvel, que já é realidade em países como os Estados Unidos, a África do Sul, a Austrália, França e Colômbia. Pequenas mudanças de atitude também podem salvar o planeta. Veja as dicas:

- 1** Substitua as lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes – se cada casa trocar duas lâmpadas fluorescente poderia evitar a construção de uma nova termoeletrônica.
- 2** Desligue eletrodomésticos - se não estiver sendo usados os aparelhos eletrônicos ou eletrodomésticos desligados impedem o desperdício de energia.
- 3** Geladeira – Evitar o abrir e fechar da porta da geladeira conserva melhor os alimentos e diminui o consumo.
- 4** Selo Procel – Aparelhos eletrônicos que possuem o Selo Procel indicam que o produto possui maior eficiência no consumo de energia.
- 5** Banhos – Diminuir o tempo de banho e evitar tomar banhos quentes no horário de pico, das 17h às 22h, representa menor consumo de energia. Além disso, o uso de energia solar em condomínios e blocos de apartamentos também reduz o consumo.



RECICLAGEM DE PILHAS E BATERIAS

Pilhas e baterias liberam componentes tóxicos que contaminam o solo, os cursos d'água e os lençóis freáticos e podem afetar a flora e a fauna das regiões circunvizinhas aos lixões ou aterros sanitários onde são descartados e o homem, pela cadeia alimentar.

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)

publicou a Resolução nº 257/1999 que determina que "após seu esgotamento energético, serão entregues pelos usuários aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem diretamente, ou por meio de

terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequado".

Os componentes tóxicos encontrados nas pilhas são cádmio, chumbo e mercúrio, que afetam o sistema nervoso central, o fígado, os rins e os pulmões, pois eles são bioacumulativos.

VAMOS ABOLIR O SACO PLÁSTICO?

Em alguns estados do Brasil já está válida a lei que proíbe e substitui a embalagem plástica por bolsas retornáveis ou ecológicas. É caso do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo.

No Rio, a lei estadual 5.502 determina o recolhimento e substituição de sacolas plásticas por bolsas reutilizáveis. Porém, alguns estabelecimentos preferem oferecer aos clientes

desconto de R\$ 0,03 a cada cinco itens comprados, caso não utilizem sacolas plásticas, como a lei permite.

Em Belo Horizonte, a lei 9.529/08, proíbe o uso das embalagens que não sejam produzidas de material reciclável ou biodegradável. A medida passa a valer para todos os estabelecimentos comerciais, que terão de oferecer alternativas ecologicamente

corretas. Segundo especialistas, o saco de plástico tradicional é um dos grandes vilões do meio ambiente, já que pode levar até 400 anos para se decompor, enquanto os não provenientes do petróleo levam, no máximo, 18 meses para se degradar.

Em São Paulo, as sacolas serão substituídas por embalagens ecológicas vendidas a R\$0,19.



REVISTA ULYSSES RECEBE O SELO FSC

A Revista Ulysses, desde sua última edição, foi certificada com o selo da FSC (*Forest Stewardship Council*), que no Brasil é chamado de Conselho Brasileiro de Manejo Florestal. Uma organização independente, sem fins lucrativos, não governamental, com a missão de difundir e facilitar o bom manejo das florestas brasileiras, conforme Princípios e Critérios, que conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica.

A certificação foi concedida, pois a Fundação preocupada com o manejo responsável das florestas no Brasil utiliza nas páginas da Ulysses, papel ecológico.

O Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, não recebe nenhum subsídio ou repasse financeiro pelas certificações concedidas. A certificação é um processo voluntário em que é realizada uma avaliação de um empreendimento florestal, por uma organização independente, a certificadora, e verificado os cumprimentos de questões ambientais, econômicas e sociais que fazem parte dos Princípios e Critérios do FSC.

Para o FSC, o tripé que sustenta o manejo florestal responsável passa pelos aspectos ambientais, socioculturais e econômicos.

Como parte das medidas para o manejo responsável, é importante que durante a definição do Plano de Manejo Florestal atributos de valor ambiental, sociocultural e econômico sejam identificados e levados em consideração. Isso inclui não apenas a aplicação de técnicas adequadas ao manejo, mas também a adoção de procedimentos de gestão florestal que considerem a conservação da biodiversidade, a proteção do solo, dos mananciais e ecossistemas frágeis e, é claro, os benefícios sociais. Sejam trabalhadores florestais, sejam as pessoas que vivem próximas às áreas manejadas, como comunidades ribeirinhas, povos indígenas, quilombolas, o manejo florestal deve resultar em melhores condições de trabalho e de vida para elas.

As diretrizes de um bom manejo florestal, de acordo com o sistema do FSC, são os Princípios e Critérios da certificação (P&C do FSC), aplicáveis a todos os tipos de florestas (tropicais, boreais e temperadas) e tipos de manejo (nativas ou plantações).

O FSC apoia o desenvolvimento de padrões nacionais ou regionais de manejo florestal, adaptados às realidades dos diferentes países. Esse trabalho é realizado pelas Iniciativas Nacionais (IN's) ou grupos de

trabalho e o resultado são os chamados Padrões Nacionais de Certificação, documentos que devem ser obrigatoriamente utilizados pelas certificadoras na avaliação das operações florestais.

O Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (CBMF) desenvolve desde 1998 este trabalho de adaptação dos P&C do FSC à realidade nacional.

O processo da certificação é conduzido pela certificadora. O Conselho Brasileiro de Manejo Florestal não emite certificado. Cabe às certificadoras avaliar em operações de manejo florestal ou de cadeias de custódia para conceder o uso do selo FSC nos produtos, e auditar operações certificadas, seja de manejo florestal ou de cadeia de custódia.

“A implementação de projetos de manejo florestal responsável não é uma iniciativa focada apenas na exploração madeireira. É também uma forma de conservação do patrimônio natural, geração de renda e inclusão de populações locais, e uma excelente alternativa para o mercado, em termos de sua viabilidade econômica e de resultados mais lucrativos” – Texto Manejo Florestal Responsável: a relação entre os aspectos ambientais, socioculturais e econômicos.



COLOQUE SUA MARCA NAS PÁGINAS DA HISTÓRIA.



A partir da próxima edição a Revista Ulysses abre suas páginas para inserções de anúncios.

R E V I S T A
ULYSSES
A revista que é um baluarte da democracia

Ligue (61) 3216-9758 / 9759 ou escreva para revistaulysses@fundacaoulysses.org.br e solicite o mídia kit.

SUSTENTABILIDADE: O FUTURO NÃO PODE DEPENDER DE MILAGRES

FREDERICO FLÓSCULO PINHEIRO BARRETO

Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB

Nada há a caracterizar o início do Século 21 com tanta força quanto essa premência por "sustentabilidade". Essa palavra é usada com intensidade por instituições, governos e empresas, nas políticas públicas e na propaganda, mas de forma imprópria, incompleta, falaciosa. A sustentabilidade de nossas sociedades, de nossas vidas, depende totalmente do próprio modo de vida que defendemos, que dizemos "ser nosso direito".

A maior parte das "medidas de sustentabilidade", sobretudo dos governos, é puramente cosmética e mal adia os graves problemas ambientais e políticos que nossas sociedades engendraram, através de seu sucesso tecnológico, de seu sucesso político (atestado pela globalização de mercados e políticas, de valores e estilos de vida). Não é paradoxal: é

ecológico. O sucesso tem sempre um alto custo, caso não seja compreendido com sobriedade. O que há de errado com a nossa compreensão? (ver MORIN. 2002).

Essa preocupação está consistentemente associada à crise ambiental que se torna evidente a partir da segunda metade do Século 20 (ver LE BRAS, 1995). Vivemos em uma época da abundância, de consumo intenso, de acesso a tantos bens, a tantos alimentos, a tantos confortos, que há pelo menos três gerações pensamos, honestamente, que o mundo sempre foi assim, que as sociedades humanas sempre foram assim, abundantes e dadas.

Contudo, nesse mesmo curto período, inferior a um século, já alcançamos a perigosa vizinhança de alguns

limites importantes, sobretudo nas formas de conseguir energia para mover a imensa máquina das indústrias que nos servem tão generosamente – com automóveis, computadores, edificações, alimentos, televisões, geladeiras, iPods, iPads, etc.

A capacidade produtiva de um número crescente de nações industrializadas necessita de matéria "primeira", que são os minérios, as madeiras, os organismos animais e vegetais que nos alimentam, a água, assim como os "óleos da terra" – coisas obviamente limitadas. Neste exato momento, a "sustentabilidade" da economia mundial é assegurada, precariamente, por um singelo fato: a maior parte da humanidade ainda está a integrar-se, lentamente, passo a passo (mas inexoravelmente) no grande mundo do

consumo dos produtos industriais, do "mundo moderno".

Já ultrapassamos, na passagem do milênio, a capacidade de equilíbrio em termos do que retiramos e do que consumimos, no nível do planeta. Ou seja, apesar de a maioria das pessoas no mundo inteiro estar ainda muito distante dos níveis europeus ou norte-americanos (ou sauditas, em especial), este é um século de exploração das "reservas das reservas". Tecnicamente, se a humanidade fosse uma empresa, diríamos que caminha a passos largos para a insolvência.

Quem quer viver o *American Dream* ou o Sonho Europeu de qualidade de vida? Toda a humanidade, com mais de 6 bilhões de pessoas merece viver assim, com automóveis em casa, energia elétrica abundante, água potável, internet, compras em supermercados, renovação de 1/5 do guarda-roupa todo ano, etc? (ver GIACOMINI FILHO, 2008).

Para que haja recursos não-renováveis suficientes para esse *Global American Dream* (GAD), precisaríamos de anexar mais 5 planetas terra inteirinhos (sem gente dentro, naturalmente), só para essa grande extração. Imagine Terras inteiras, como uma espécie de gado, de grandes

reses azuis, brilhando em órbita, à disposição de nossa gula. Se fossêmos todos norte-americanos ou europeus, seríamos mais felizes?

É bom que seja verdade, essa utopia GAD, pois parece que é o que queremos que se realize, na escala de toda a humanidade. É para essa Grande Euramérica que dirigimos as nossas esperanças de contritos consumidores. Não sei se vocês, leitores, acham que essa é uma situação que demonstra a total perda de diversidade cultural, numa escala humanitária.

A verdade é que nenhum governo, em nenhum grande país, tem, neste momento, um "Plano B" para enfrentar limitações realmente sérias quanto ao acesso a matérias "primeiras", essenciais ao conforto (ou à segurança alimentar, energética, sanitária, entre outras dimensões de seu padrão de vida) da população. Em especial, nesse cenário de imprevidência, se ocorrer uma interrupção prolongada no fornecimento de água potável, é provável que as populações mais desempoderadas sofrerão mais. As situações futuras de escassez podem gerar violência urbana igualmente intensa e prolongada.

Devemos exigir de nossos governos – especialmente no caso brasileiro – uma série de "Planos B", para as situações

de crise ambiental, de crises de escassez? O despreparo dos governos, em escala mundial, é proverbial. No caso brasileiro, o despreparo é agravado pela corrupção crônica. Na verdade, a corrupção crônica revela um comovente estado de otimismo por parte dos ladrões do dinheiro público, e dos indulgentes dirigentes públicos: rouba-se por se achar que nada realmente mau vai acontecer. Dá para roubar, sempre, pois a economia é forte e o povo aguenta (ver SILVA, 2002).

Claro, isso não é verdadeiro, e agrava o quadro de instabilidade do projeto de sustentabilidade ecológica e ambiental de nosso país. A corrupção não é apenas um problema moral, ético ou legal a corroer recursos e a integridade da conduta pública: é um importante conjunto de sintomas relacionado à deficiência na inteligência da organização do próprio país, na própria percepção e no julgamento do modo como a sociedade pode funcionar.

A corrupção não apenas agrava a insustentabilidade de nossas sociedades, que dilapidam recursos naturais de forma não-planejada: a corrupção bloqueia as chances de mudança política, pois desmobiliza a população, cria a mais profunda descrença nas instituições e governos.

A mudança política associa

da à sustentabilidade é ainda mais complicada. Nossas sociedades são impactantes porque são grandes e, por serem tão grandes, somente são governáveis porque desenvolvemos gigantescas máquinas públicas, que "se sustentam" pela obediência a leis que bloqueiam mudanças. Nessa cultura política, tanto os cidadãos quanto os próprios governos esperam que a solução dos problemas seja bem definida, pontual, instantânea – e nossas vidas possam prosseguir, sem mudanças.

Queremos somente aquelas mudanças essenciais para que... nada mude. Essa era a atitude das combativas elites das sociedades pré-industriais, mas se tornou o moderno conservadorismo de uma classe média planetária, que se beneficia de um conforto sem precedentes na história humana. Essas coisas se aprendem rápido, em um par ou numa trinca de gerações. Como convencer a Classe Média Mundial a questionar seriamente um estilo de vida que acaba de ser inaugurado, que apenas começa a iluminar as suas vidas com o estilo GAD de vida?

Se a política não ensinar, as

novas formas de escassez, violência e corrupção, ensinam. São palavras duras, mas devem ser examinadas.

Um futuro sustentável, em termos globais (e a situação questionada pelo conceito de sustentabilidade é necessariamente global), pode implicar em os países ricos terem que ceder riqueza e renunciar ao seu nível de consumo, para que, sustentavelmente, mais pessoas no mundo possam usufruir de uma qualidade de vida, como consumidores, que, apesar de insuficiente para os países ricos, é de qualidade superior à que a maioria esmagadora da população mundial vive (como consumidora) (ver SANTOS, 2011).

Mas estamos condenados a um futuro "de consumidores"? Estamos, a julgar pelo estilo de vida GAD. A grande vitória da civilização ocidental não dá outra alternativa que não seja a exaustão do planeta. A não ser... que aconteça um milagre. E milagres acontecem. Milagres tecnológicos, associados a milagres demográficos, associados a milagres políticos.

Um primeiro grande milagre tecnológico seria a obtenção de formas de aproveitamento

eficiente de energia solar, numa cadeia de tecno-ecologia que também reproveitaria todo o lixo humano, entre outras mazelas.

Um primeiro milagre demográfico seria o fim do crescimento populacional, com o eventual recuo da população humana a níveis pré-industriais¹. Isso não significa o retorno a uma qualidade de vida pré-industrial – ao contrário. Significa o redesenho de todo o sistema industrial mundial, outro milagre, pois não será algo lucrativo, mas algo que terá que consumir os lucros já obtidos historicamente. Esse será um milagre mais-que-tecnológico: milagre econômico e ecológico.

Além disso, um primeiro milagre político seria convencer às poderosas religiões mundiais, aos grandes e não-tão grandes empresários, aos exércitos de políticos demagógicos, de que eles devem contribuir para a redução no consumo e para a redução demográfica (além da imensa redução na máquina política e de governo). Esse sim, seria o maior de todos os milagres.

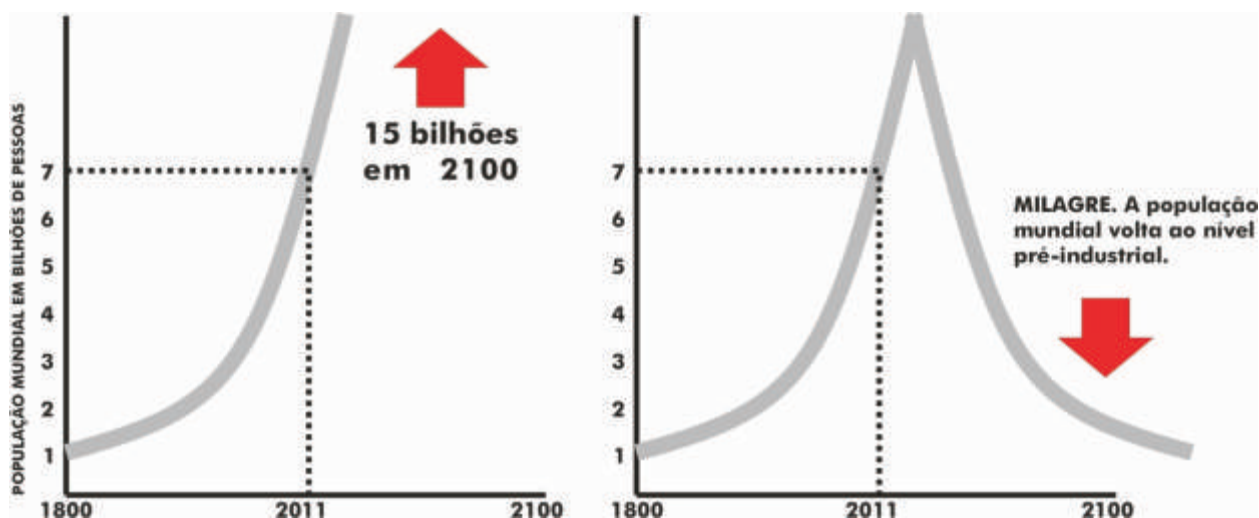
Bibliografia Recomendada:

- LE BRAS, Herve. Os Limites do Planeta. Almada, Portugal: Instituto Piaget, 1995.
MORIN, Edgar. Ciência com Consciência. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
GIACOMINI FILHO, Gino. Meio Ambiente e Consumismo. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2008.
SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. A Economia Política da Corrupção no Brasil. São Paulo: SENAC, 2002.
SANTOS, Milton. Por Outra Globalização. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

¹De acordo com a United Nations Population Fund, no dia estatístico de 31 de outubro de 2011, a população global atingirá fantásticos 7 bilhões de habitantes. Certamente, essa não será a maior população humana na história do planeta: outros recordes são, lamentavelmente, esperados. No começo de nossa Era Industrial, a população humana era grande, mas de "apenas" 1 bilhão de seres humanos. Precisamos considerar, seriamente, essa nova meta.



Imagine o tamanho do impacto ambiental do *American Way of Life*, se todos os habitantes do planeta tivessem o padrão de consumo de um americano, em média. Para cabermos todos num mesmo planeta, neste momento, junto com os norte-americanos e europeus (cerca de um décimo da população mundial), necessariamente a maior parte da humanidade deve ser pobre ou muito pobre. Caso contrário, seriam impossível manter esse padrão de vida em "apenas um planeta". Precisariamos de cinco Terras adicionais, para começar.



Sem qualquer planejamento, a população mundial recebe um impulso exponencial na Era Industrial, desde o início do Século 19, quando tem 1 bilhão de pessoas. Segundo a ONU, no dia 31 de outubro de 2011, alcançaremos os 7 bilhões de habitantes. No Final do Século, alcançaremos os 15 bilhões. Mas, no meio do caminho, pode acontecer um milagre.



Dois Consumidores. As diferenças entre os volumes de materiais e energia que são necessários para a manutenção de um estilo de vida pré-industrial e um estilo de vida moderno (industrial) é extraordinária. Um americano, em média, pode utilizar quase 200 vezes mais recursos ambientais (e exigir da natureza a absorção de seu lixo) do que um camponês do século 18. É impossível que todas as pessoas do mundo tenham tantos recursos naturais à sua disposição. Assim, a maioria das pessoas já sabe viver com muito, muito pouco. Queremos mantê-las assim?



FÓRUM NACIONAL REÚNE MAIS DE 4 MIL PEEMEDEBISTAS EM BRASÍLIA

Em clima de festa, peemedebistas de todo o país participaram no último dia 15 de setembro, do Fórum Nacional “O PMDB e os Municípios”, que reuniu na capital federal lideranças políticas nacionais e estaduais. O presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), no seu discurso de abertura, relembrou os ex-presidentes do PMDB e suas contribuições para a construção do partido. “Agradeço a dedicação dos militantes, parlamentares, prefeitos e vereadores do PMDB em todo o Brasil, que lotaram o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, na tarde desta quinta-feira, em Brasília”, comemorou.

Raupp aproveitou a ocasião para lançar um documento com 15 Propostas do PMDB para o Brasil. Entre as sugestões estão o compromisso da garantia constitucional de saúde pública, a defesa da participação da sociedade por meio da segurança, a garantia da liberdade de imprensa, estabilidade econômica, o estímulo à pesquisa, a implantação da meritocracia e a concretização da Reforma Política.

A candidatura própria do partido também foi lembrada por Raupp. “Queremos lançar em 2012 candidaturas próprias no maior número de cidades possível”, reforçou. O presidente Raupp elogiou ainda o trabalho desenvolvido pela Fundação Ulysses Guimarães, com o deputado Eliseu Padilha (RS) e evidenciou o programa Estradas e Bandeiras, que vem sendo

produzido pela FUG em parceria com o PMDB Nacional.

História e Conquistas - O presidente do Senado Federal, José Sarney (AP), afirmou que “o PMDB é o maior partido e o que mais tempo esteve na construção na hegemonia e da democracia do Brasil. Ele não é só o maior, mas o mais brasileiro entre os partidos brasileiros, pois não está centrado em apenas uma região do país”.

O presidente do Senado também lembrou o período em que esteve na Presidência da República: “quero ressaltar um dado pessoal, eu fui o único presidente do PMDB, e tive o papel de conduzir o país na travessia para a democracia. Só eu sei como tive que resistir dia e noite para que o país não o retrocedesse um milímetro no estado democrático de direito.



Assegurei que a constituinte funcionasse para que garantisse as conquistas sociais para o povo brasileiro e foi o PMDB que entregou ao país essa Constituição, que Ulysses chamava de Cidadã, ao povo brasileiro”.

O vice-governador do Distrito Federal, Tadeu Filippelli (DF), ressaltou o atual momento político brasileiro em seu pronunciamento. “O Brasil vive um momento mágico, especial, fruto do trabalho de grandes brasileiros, entre eles o ex-presidente José Sarney. É um período histórico ao qual o PMDB foi chamado para ajudar e participar. Já demos demonstrações de compromisso com os interesses do país”, disse.

O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (RN), falou sobre seu histórico no partido: “estou neste PMDB há 41 anos, estou no meu 11º mandato consecutivo de deputado federal. Quero parabenizar o presidente Raupp, pois, de todos os encontros nacionais do partido, quase todos eles convenções, raramente um encontro desta qualidade, com esta proposição e deste tamanho. Hoje estamos aqui para mostrar para o Brasil a presença e voz do maior partido do Brasil, que é o PMDB”.

Henrique registrou a “alegria de estar diante desta multidão, não só pela quantidade, mas a qualidade dos presentes, pessoas amadurecidas no tempo, na luta e na coragem. Este é o PMDB que eu aprendi a conhecer”. “Este partido não tem medo nem de tempestades,

nem de furações, nem de ameaças, nem de constrangimentos. Esse partido enfrentou a ditadura militar em busca da liberdade. Um partido que nasceu com essa semente, é natural que sofra ataques, pois não se atira pedras em árvores que não dão frutos. E este é o partido que mais dá frutos”, afirmou o líder.

O compromisso dos militantes peemedebistas com a legenda e com o país também foi registrado pelo deputado: “o PMDB não é hospedaria, é moradia. O PMDB não é estar e depois deixar de estar, é ser, é essência. O maior encontro da história do PMDB está acontecendo esta tarde em Brasília, para todo o Brasil assistir”.

O líder do PMDB no Senado, senador Renan Calheiros (AL), destacou a importância do Fórum Nacional. “Esse evento, o PMDB faz para discutir os rumos do partido no país”.

Lembrou a história do partido, que completou 45 anos, desde a fundação do MDB, “anos de vitórias e de conquistas, porque o PMDB se mistura e se confunde com a sociedade brasileira. Nos momentos mais sombrios do país, o PMDB construiu nas ruas, com o povo, a democracia brasileira e fez as maiores transformações do país, muitas delas silenciosas. A maior delas, sem dúvida, foi a Assembleia Nacional Constituinte, além de restaurar as eleições diretas e avançar no sentido de construir

esse Brasil que todos nós nos orgulhamos hoje”. Para Renan, “o PMDB conseguiu para o povo brasileiro os direitos fundamentais, pois não basta só o direito de ir e vir, é muito importante que nós caminhemos para o desenvolvimento social”.

O ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco, iniciou seu pronunciamento no Fórum do PMDB lembrando o papel do partido nas principais conquistas políticas do país e no desenvolvimento do Brasil, como protagonista e coadjuvante de diversos governos. “Tivemos condições de participar de momentos importantes da nossa história. Avançamos no apoio às políticas sociais que, hoje, nos permitem olhar o Brasil de outra maneira”, declarou.

Mobilização e Conhecimento

Um dos organizadores do evento, o presidente nacional da Fundação Ulysses Guimarães, deputado Eliseu Padilha (RS), apresentou aos militantes e às lideranças políticas do partido algumas das principais ações desenvolvidas pela Instituição, e defendeu estratégias a serem adotadas pelo partido nas eleições de 2012. “Falo mais como alguém que é fundador do MDB e depois do PMDB e alguém que tem procurado levar a todo território nacional a responsabilidade da nossa legenda diante dos desafios impostos pelo país”, afirmou.



Segundo Padilha, a candidatura própria do PMDB em todos os municípios, nominata completa para vereadores são duas importantes metas a serem perseguidas pela legenda em 2012. Além disso, destacou o Curso Preparatório para Candidatos que é ministrado pela Fundação em parceria com a Executiva Nacional peemedebista. “Somos o primeiro partido a nos preocupar com a qualificação dos nossos candidatos. Chegar ao poder sem saber o que significa pode ser altamente prejudicial a quem chega. Não podemos esquecer das nossas responsabilidades. Somos o maior partido do Brasil que terá o maior número de prefeitos e vereadores do país”, disse. E, finalizou ao lembrar a frase do autor romano Publius Flavius Vegetius Renatus: “*Si vis pacem, para bellum!* Que quer dizer: se queres a paz, prepara-te para a guerra”.

A EDUCAÇÃO EMANCIPADORA É PRIORIDADE PARA O PMDB

A primeira pauta de discussões do Fórum Nacional foi sobre educação. O painel “A Educação Emancipadora é prioridade para o PMDB” foi conduzido pelo deputado federal Gabriel Chalita (SP), que fez uma reflexão sobre a importância da educação no país. “A educação é a semântica de duas palavras: protagonismo e acolhimento. O conceito de primeiro formar a pessoa, depois formar o cidadão e depois preparar para o mercado de trabalho”, disse.

Gabriel Chalita também ressaltou que são necessárias algumas iniciativas, como a valorização do professor, pois com ele motivado e reconhecido, todo processo fica mais fácil, a proteção da criança e da escola já que “o processo educativo começa com acolhimento. É preciso fazer com que todas as crianças tenham direito de serem acolhidas”.

Segundo ele, é necessário construir uma escola em que o currículo seja contextualizado, adequado às necessidades do momento histórico, social e de mercado por que passa o Brasil e o mundo.

Ao final de sua apresentação, o parlamentar pediu uma atenção à educação para aqueles que serão candidatos nas eleições municipais, que “façam uma campanha municipal que nos ajude a mostrar que o povo mais educado tem uma saúde melhor, mais segurança e que cuide melhor da sua cidade”. E acrescentou: “o bom prefeito é aquele que cuida das pessoas”.



SAÚDE PÚBLICA RESOLUTÍVEL É PRIORIDADE PARA O PMDB



Com vistas a melhorar a qualidade da saúde pública nacional, o PMDB promoveu no Encontro um debate sobre a temática, conduzido pelos deputados Saraiva Felipe (MG), ex-ministro da Saúde e atualmente presidente da Comissão de Seguridade Social da Câmara, e Darcísio Perondi (RS).

Saraiva Felipe afirmou que o PMDB foi instrumento político fundamental, durante a Constituinte, para a construção do Sistema Único de Saúde (SUS), que previa a universalidade e a integralidade da saúde. "O SUS nas-

ceu na constituinte ancorado nos recursos para a seguridade social, que antes eram usados apenas pelo Inamps, destinado aos que estavam inseridos no mercado de trabalho".

O deputado ressaltou a importância da luta dos peemedebistas pela regulamentação da Emenda 29, pois "no futuro teremos que discutir uma fonte adicional e estável de financiamento para a saúde brasileira". "Nosso país está envelhecendo. Ainda temos o avanço de drogas como o crack que tem causado tantos problemas para

a sociedade e seu combate não é uma questão de segurança, mas de política social. Além disso, o Brasil tem aumentado em grande número seus fumantes. Por isso é fundamental o fortalecimento do SUS".

O presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Darcísio Perondi também ressaltou a importância do SUS para a saúde pública: "o SUS é para todos não é só para pobre. Transplante no Brasil só é pago pelo contribuinte, pelo poder público, pois é feito apenas pelo Sistema Único".

PARA O PMDB, COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE É PRIORIDADE



Este foi o tema do terceiro painel de debates do Fórum, que discutiu os desafios a serem enfrentados pelo Parlamento e pelo Executivo na criação de políticas públicas que assegurem o crescimento sustentável do país.

Na avaliação do senador Luiz Henrique (SC), ex-governador de Santa Catarina, que assumiu a relatoria do PLC 30/2011 que institui o novo Código Florestal Brasileiro, a questão do desenvolvimento sustentável pertenceu à história do MDB e hoje faz parte do PMDB. "Enquanto o governo empurrava levas e levas de brasileiros para transformar a mata em produção rural, o PMDB lançava um documento para estabelecer metas para a preservação do meio ambiente", afirmou.

De acordo com o senador, o

documento apresentado pelo partido representou um grande momento de mudança, de maior conscientização do povo brasileiro aos problemas do meio ambiente. "A ocupação do cerrado e de parte da Amazônia e do Pantanal eram estimuladas. Eram tempos em que se defendia uma política voltada ao aumento da produção de grãos. Política esta que produziu resultados fantásticos para a economia e, atualmente, permite que o agronegócio tenha um papel de destaque", declarou.

Luiz Henrique ressaltou que o PMDB sempre defendeu o crescimento de uma consciência ecológica. "O programa do PMDB que sucedeu a redação da Assembleia Nacional Constituinte dizia que para o partido não vale ser sustentável se não for também prudente e não promover a redução da pobreza. Também não adianta criar reservas no papel sem muní-las de recursos humanos e técnicos", ponderou.

Sobre o Código Florestal, o senador Luís Henrique afirma que ele é a luta do PMDB por equilibrar o uso da floresta e o crescimento exponencial de alimentos.

Já o ex-governador do Amazonas, senador Eduardo Braga (AM), destacou que não

se pode tratar o agronegócio e a floresta como inimigos. "O que eu conheço são caboclos e caboclas proibidos de quase tudo para garantir a reserva legal da Amazônia brasileira, que representa 80% do território. A floresta deve ter incentivos econômicos e financeiros, para isso devemos ter um Código Florestal que possa garantir aos brasileiros, condições para sustentar suas famílias", disse.

Braga finalizou seu discurso afirmando que os parlamentares peemedebistas estão honrando a dimensão nacional da legenda. "O PMDB é o partido dos brasileiros, e nesta condição vamos ajudar o Senado assegurar o direito ao trabalho e à renda daqueles que cuidam da floresta brasileira", concluiu.



TEMER AGRADECE O ENTUSIASMO PEEMEDEBISTA

O vice-presidente da República, Michel Temer (SP), também presente a solenidade ao lado da presidente da República, Dilma Rousseff (PT), agradeceu o entusiasmo demonstrado pelos peemedebistas.

Temer falou sobre o papel do PMDB no atual governo federal. "Ao lado da presidente Dilma estamos fazendo o possível pelo Brasil. Precisamos continuar fortes e unidos, para chegarmos em 2012 forta-

lecidos para colaborar ainda mais com o governo do qual estamos participando. Nossa agenda positiva deve ser discutida amplamente pelas administrações estaduais e municipais", defendeu.





Em seu discurso, a presidente Dilma Rousseff associou as temáticas abordadas no Fórum do PMDB às ações implantadas em sua gestão e elogiou a legenda pela iniciativa. “Os temas abordados neste encontro são fundamentais para o crescimento do país. Educação, saúde, proteção aos cidadãos brasileiros e o respeito ao meio ambiente. Este evento evidencia a preocupação do PMDB com a cidadania”, ponderou.

Na avaliação de Dilma, a discussão dos temas do Fórum a levam a valorizar ainda mais a presença dos peemedebistas na coalização que forma o seu

governo. “O PMDB está credenciado a atuar como porta-voz dos interesses dos municípios brasileiros. Os atuais prefeitos e os que serão eleitos sabem que educação, segurança e meio ambiente são metas no meu governo. Compartilho a certeza de que nesses primeiros oito meses do governo nossa parceria deu passos decisivos para encaminhar estas questões”, declarou.

Sobre Michel Temer, Dilma enalteceu a ação do vice-presidente no governo e defendeu o governo de coalização como um modelo ideal em um ambiente democrático.

“Muitos consideram mais fácil comandar um governo de partido único. No Brasil não consideramos isso democrático. Somos um governo de coalização que exige de nós maior articulação política, isso reflete a complexidade da sociedade brasileira. Só estamos aqui porque este é um país democrático e eu sou a primeira mulher a assumir a Presidência da República. Vamos defender a democracia com a força do povo que nunca nos faltou e nunca nos faltará. Vamos construir um país do tamanho dos sonhos brasileiros. Viva o povo brasileiro, viva o PMDB e viva o Brasil”, concluiu.

O BRASIL É PLURAL



O PARTIDO DO BRASIL

PLURAL É O PMDB

POR UM BRASIL MELHOR

Na construção de um Brasil melhor e mais desenvolvido social e economicamente, o PMDB e a Fundação Ulysses Guimarães lançaram no dia 15 de setembro em Brasília, durante o Fórum Nacional – O PMDB e os Municípios – um documento com 15 propostas para o Partido e todos os Brasileiros.

Segundo o presidente nacional da Fundação, deputado Eliseu Padilha, a ideia é que

estas propostas sejam discutidas nos municípios, depois nos estados e, posteriormente no plano nacional, em um Congresso do PMDB, que está marcado para o dia 1º de dezembro. “Só assim, conseguiremos saber o que pensa a nossa base. Vamos construir uma proposta de Governo para o Brasil. Uma proposta sólida, consolidada e com a participação maciça do Partido em todas as esferas”, disse.

Entre as sugestões apresentadas estão o compromisso da garantia constitucional de saúde pública, a defesa da participação da sociedade por meio da segurança, a garantia da liberdade de imprensa, estabilidade econômica, o estímulo à pesquisa, a implantação da meritocracia e a concretização da Reforma Política.

A seguir, a íntegra do documento entregue:

AOS PEEMEDEBISTAS E AOS BRASILEIROS

O Brasil, fruto do trabalho de toda a sociedade, com nossa participação política, conquistou um alto patamar de crescimento econômico com distribuição de renda, a partir de uma política econômica que sempre esteve na base de nosso programa, fazendo com que brotasse de segmentos antes pobres uma nova e pujante classe média.

Como coautores desta conquista, é chegada a hora de nos dedicarmos, profundamente, à garantia de permanentes avanços para todos os brasileiros, com políticas sociais que garantam tal mobilidade social.

Fazendo com que cresça esta nova classe média, com a correspondente melhora de sua qualidade de vida, e se reduza a pobreza que porventura ainda exista.

Isto só será possível se, em todos os municípios do Brasil, nossos companheiros promoverem ações que correspondam às demandas desta nova realidade social que ajudamos a fazer acontecer, e que, a partir da mobilização partidária para as próximas eleições, queremos ser precursores de seus novos avanços.

COMPROMISSOS DO PMDB COM O POVO BRASILEIRO

Diante da preliminar de compromisso com a permanente mobilidade social de nossa gente, o PMDB lista, para o debate e o oferecimento de sugestões, nos municípios, nos estados e, por último, em congresso a ser realizado em Brasília no dia primeiro (1º) de dezembro vindouro, temas vinculados ao nosso programa partidário, à nossa proposta de governo e também às sugestões de nossa Comissão Executiva Nacional:

- 1** Lutar pela democratização do conhecimento entre todos os brasileiros, para garantir:
 - Universalização do Ensino Fundamental Qualificado para a alfabetização de todos os brasileiros até eles completarem oito (08) anos de idade;
 - Universalização do Ensino Médio. Ensino em Turno Integral: 1º Turno para a formação pedagógica e 2º Turno para a formação técnica profissionalizante;
 - Ensino Superior: garantir, progressivamente, o acesso para todos os jovens concluintes do ensino médio;
- 2** Reforçar nosso compromisso com a materialização da garantia constitucional de Saúde Pública Universal, Gratuita e de Qualidade, defendendo os indispensáveis avanços do SUS, inclusive com fonte de suficiente financiamento vinculada ao Orçamento nos três níveis da Administração Pública;
- 3** Promover a participação da sociedade na política de segurança, por meio da instalação dos Conselhos Comunitários de Segurança;
 - Estimular a instalação das Delegacias da Mulher;
 - Instalar delegacias para apuração de crimes raciais;
 - Difundir a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora;
- 4** Lutar pela garantia da estabilidade econômica, baixa inflação, controle das contas públicas e crescimento sustentável em todo território nacional;
- 5** Garantir a liberdade de imprensa, que é luta nossa desde a criação do MDB;

- 6 Estimular a pesquisa e a produção científica, a partir da interação do cabedal de conhecimento das universidades públicas, com vistas à progressiva inserção do conhecimento e da produção nacionais no mercado globalizado;
- 7 Implantar a meritocracia no serviço público, com metas coerentes com a realidade de cada ente federado, e os correspondentes planos de carreira e de remuneração;
- 8 Promover a transparência absoluta na gestão pública, disponibilizando o acesso a todos os atos administrativos por via da rede mundial de computadores;
- 9 Revisar o pacto federativo, com a distribuição do bolo tributário nacional proporcionalmente aos encargos dos entes federados, com a garantia de equidade fiscal para a população;
- 10 Defender a Reforma Política, pois a Democracia é feita com partidos políticos fortes e, em tal reforma, deveremos lutar pelo fortalecimento dos partidos e pela valorização dos cidadãos;
- 11 Reiterar nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental, que deve andar de braços dados com o desenvolvimento humano e social em todas as regiões do país, como, por exemplo, nossas posições na revisão do Código Florestal Brasileiro;
- 12 Estimular a participação das empresas brasileiras, públicas e privadas, nos negócios de interesse e oportunidade para a nação brasileira em todo o mercado globalizado, inclusive com mecanismos de defesa contra as práticas protecionistas ou predatórias;
- 13 Zelar pela tradição da diplomacia brasileira, que ganhou respeito internacionalmente pela defesa da Democracia na organização estatal e da paz entre os povos;
- 14 Promover a participação qualificada de nossos militantes em todas as redes sociais, levando nossas mensagens e propostas ao conhecimento de todas as comunidades de nosso país, vale dizer, a todos os brasileiros, e
- 15 Renovar nosso compromisso com a classe trabalhadora brasileira, observando a tendência das sociedades desenvolvidas, com a modernização permanente da jornada de trabalho e da seguridade social.

Brasília, 15 de setembro de 2011.

Senador Valdir Raupp
Presidente Nacional/PMDB

Deputado Eliseu Padilha
Presidente Nacional Fundação Ulysses Guimarães



RONDÔNIA EM FESTA COM O PROGRAMA ESTRADAS E BANDEIRAS

Cerca de 500 companheiros peemedebistas prestigiaram, o lançamento da edição do Programa *Estradas e Bandeiras: Rumo aos Municípios 2012*, em Rondônia. Ao final do evento, foram certificados 180 mediaadores que receberam o treinamento em Ouro Preto do Oeste, em julho passado, e 200 alunos do curso de Agente Comunitário de Cidadania, que concluíram pelo método do ensino a distância (EAD) em Porto Velho.

A reunião foi aberta pelo presidente estadual do PMDB-RO, Orestes Muniz, que lembrou Ulysses Guimarães ao falar das lutas democráticas do poder, que se iniciaram pelo conhecimento, dedicação e saber. "Nesta premissa, a Fundação está preparando seus quadros de forma organizada e aperfeiçoada. Por intermédio destes cursos,

nós iremos ganhar as eleições em todos os municípios do Brasil", afirmou.

A presidente da FUG-RO, Suely Aragão, comentou as andanças dos presidentes Eli-seu Padilha (Fundação Ulysses Guimarães) e Valdir Raupp (PMDB Nacional) pelo país. "O Raupp e o Padilha estão resgatando a ideologia partidária, que já estava caindo no esquecimento. O foco é buscar o melhor da política para a sociedade", destacou.

O prefeito de Mirante da Serra, Vitorino Cherque, disse que "estes encontros servem para fortalecer o Partido". E, acrescentou: "nós somos um partido de sustentação. O PMDB estará sempre ao lado do povo, do país, para melhorar a vida do Brasil".

Representando o governador Confúcio Moura, o secretário Nivaldo, declarou que "é por meio da educação, que o PMDB vai mudar o quadro que ai está".

O presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp, saudou os presentes e comemorou mais uma edição do Programa *Estradas e Bandeiras*: "com este Programa estamos alavancando o Brasil por onde passamos. Hoje, estamos resgatando as bandeiras do PMDB e fazendo com que elas estejam presentes no dia a dia de cada brasileiro".

"Eu acredito no PMDB, porque é o Partido das grandes lutas e das grandes causas. O PMDB tem uma aliança com o povo brasileiro. O PMDB é grande", disse Raupp. Para o sena-





dor, a ideia é preparar os quadros partidários para enfrentar as eleições municipais, como também as de 2014. “Precisamos lançar em todos os municípios brasileiros candidatura própria do PMDB. Tenho certeza, que nas próximas eleições vamos ressurgir como a maior sigla do Brasil”, comemorou o presidente da legenda.

Palestras—O ciclo dos debates foi iniciado pelo deputado Eliseu Padilha, presidente da Fundação Ulysses Guimarães Nacional, que fez uma saudação especial ao senador Valdir Raupp e à deputada Marinha Raupp. “Estes dois fizeram quase o impossível neste estado, mantendo a sigla forte e grande em Rondônia”, ressaltou.

Padilha chamou a atenção dos participantes quando disse que: “ou conquistaremos uma grande vitória em 2012 para chegarmos grandes em 2014 ou, ao contrário, será um fiasco”. Ele afirmou que, hoje, o objetivo dos cursos da Fundação é fazer com que as pessoas voltem a acreditar na política e nos políticos. “Hoje, isso só é possível

com conhecimento. E só estudando é que vamos superar essa descrença e a forma de fazer política”.

Sobre candidatura própria, Padilha frisou que a determinação do presidente Raupp é de que todos os municípios lancem candidatos nos três níveis, pois “o partido político só existe para chegar ao poder. E chegando, poderá exercê-lo”. Para ele, a única forma de conquistar este poder é por meio do conhecimento.

Ao finalizar, Eliseu Padilha deixou para a plateia três premissas para se ganhar uma eleição com sucesso: uma militância grande e qualificada; uma boa proposta de governo; e um candidato que corresponda às expectativas do eleitor. “O que dá origem aos frutos e as flores é o que a raiz traz para regá-los. Trazendo para política, esta raiz é a nossa base partidária, que qualificada e preparada, vai gerar bons frutos”, concluiu.

O presidente da Fundação Ulysses Guimarães do ES, Francisco Donato, falou sobre

“Estrutura e Organização Partidária e Orientações Pré-Eleitorais”. Um dos pontos mais debatidos do painel foi sobre a importância da contribuição para o Partido e as filiações.

Para Esacheu Nascimento, presidente do PMDB-MS, “o Partido precisa resgatar suas bandeiras e dialogá-las com a sociedade. Hoje, o PMDB é o Partido que apresenta as melhores propostas de governança para o Brasil”. Ele falou sobre alguns problemas enfrentados pela sociedade, como a educação e a saúde. “O Brasil não pode mais continuar oferecendo uma educação de péssima qualidade. Nós temos a obrigação de mudar este quadro, agregando valores”, concluiu.

Para fechar o ciclo de debates, o professor Joel Maciel, falou sobre o curso de Dicção e Oratória da Fundação Ulysses Guimarães. Coordenador do curso, ele chamou a atenção dos participantes ao falar das várias modalidades de expressão em público. Promoveu brincadeiras e deu uma pequena amostra do que é e como funciona o curso.

PARAÍBA RESSALTA O PAPEL DA FUNDAÇÃO NO FORTALECIMENTO DA MILITÂNCIA

O programa *Estradas e Bandeiras – Rumo aos Municípios 2012* chegou a João Pessoa no dia 23 de setembro. O ex-governador José Maranhão ressaltou que foi “grande prazer receber aqui em João Pessoa o alto comando nacional do nosso Partido” e declarou que “o PMDB sempre teve uma preocupação muito grande com a qualidade de seus quadros e essa série de eventos que está proporcionando aos Diretórios Regionais de todas as unidades da federação tem o objetivo de preparar nossos militantes para as eleições que acontecem no próximo ano. Não é importante só a vitória, mas a vitória com qualidade. É bom que tenhamos um grande número de prefeitos, mas é fundamental que tenhamos prefeitos com bom nível para administração”. Maranhão é pré-candidato do PMDB à prefeitura de João Pessoa.

O presidente do PMDB nacional Valdir Raupp falou sobre o programa e informou que “esta campanha que estamos fazendo visa às eleições de 2012. Sabemos que o PMDB é o maior partido do Brasil com cargos eletivos e, hoje, mais de um milhão deles são ocupados por mulheres. Esse trabalho não

perde o foco para 2014, quando vamos precisar de um grande empenho para eleger governadores e senadores”. Raupp também lembrou que a maior bancada proporcional do PMDB no Congresso Nacional é da Paraíba, o que reflete os números nacionais do Partido, que tem o maior número de prefeitos e vereadores. “Queremos aumentar ainda mais o número de prefeitos e de vereadores, para lançar candidatura própria para Presidente da República em 2014”, disse.

O presidente da Fundação Ulysses Guimarães, Eliseu Padilha, lembrou que a Fundação tem a responsabilidade de cunhar e definir o direcionamento ideológico da base partidária. “Nós vivemos, no passado, um período em que as decisões no partido eram tomadas de cima para baixo, por conta do regime de exceção, e o presidente Raupp está mudando isso. Nosso trabalho nestas visitas aos estados é o de ouvir a base para saber o que fazer depois”. Sobre a formação de novos quadros, Padilha informou que “todos os candidatos às próximas eleições, por decisão do Diretório Nacional do partido, terão que obrigatoriamente

fazer um dos cursos de formação da Fundação. Queremos elevar o nível dos nossos candidatos a partir do conhecimento do que é política”.

“Os cursos não são feitos pelo PMDB, são feitos por doutores da UFRGS e UnB, com o objetivo de levar ciência política para nossos militantes, e para a população em geral. As pessoas estão descrentes com a política. Temos que fazer o cidadão saber de novo o que ela significa, pois tudo o que fazemos é política. Nosso trabalho é feito pelo método de ensino a distância e o certificado dos nossos cursos serve como cadeira complementar em qualquer universidade do Brasil. Todas as universidades têm aceitado os certificados, pelo nível dos cursos”, afirmou Padilha.

A força do trabalho educador foi ressaltado pelo presidente da Fundação Ulysses Guimarães da Paraíba, Francisco de Sales Gaudêncio: “é um orgulho para mim, que sou professor, integrar esse trabalho feito pela Fundação e pelo PMDB. Eu tive a oportunidade de servir o governo de José Maranhão na Paraíba, pois foi o governo que mais investiu em educação no estado. Hoje,

veja o PMDB realizando um trabalho de formação em grande escala, motivando os agentes políticos para a caminhada das eleições em 2012”.

O deputado federal Manoel Júnior (PB), também pré-candidato à prefeitura de João Pessoa, destacou o trabalho do deputado Eliseu Padilha à frente da Fundação Ulysses Guimarães nacional: “com o mesmo dinamismo que você, Padilha, difundiu o Estradas e Bandeiras pelo país, tem se dedicado à formação da juventude brasileira, para a formação da

população com a política moderna, trazendo os novos conhecimentos necessários para a população”. Sobre as eleições municipais, Manoel Júnior ressaltou que “tenho certeza que a visita de vocês aqui vai ter grande impacto nos militantes que estão se preparando para as eleições de 2012. Precisamos fortalecer essa militância já nos preparando para 2014. Em João Pessoa estamos já com dois pré-candidatos peemedebistas, que sou eu, Manoel Júnior, e José Maranhão. Afirmo aqui que não haverá divisões no PMDB de João Pessoa, haverá

propostas claras para a cidade. A democracia irá prevalecer e o PMDB irá vencer as eleições de 2012 aqui na capital”.

Também participaram do evento a presidente do PMDB Mulher da Paraíba, deputada Nilda Gondim, e o presidente do Diretório Estadual do PMDB, Antonio Sousa da Silva, que saudou os militantes presentes e destacou a importância das ações de fortalecimento da militância que estão sendo realizadas por todo o Brasil, com o programa Estradas e Bandeiras.



FORMAÇÃO POLÍTICA É DESTAQUE NO PIAUÍ

O conhecimento científico da política é fundamental para a melhoria da qualidade do trabalho dos militantes do Partido e da visão do que é a verdadeira política pela população, que hoje está descrente com o papel de seus representantes eleitos. Esse foi um dos temas destacados na edição do programa Estradas e Bandeiras - Rumo aos Municípios 2012 que aconteceu no Piauí no dia 22 de setembro.

O secretário-executivo da Fundação Nacional, João Henrique Sousa, destacou a importância da presença do programa Estradas e Bandeiras no estado. "Este partido e esta Fundação já viveram momentos gloriosos. Estamos comemorando a formatura de 82 alunos nos cursos ministrados pela FUG, que leva o Piauí a formar quase 1000 alunos. Juntos, Partido e Fundação, continuaremos a ser a maior legenda do país", afirmou.

O presidente nacional da Fundação Ulysses Guimarães, Eliseu Padilha, é defensor de que os militantes peemedebistas que refaçam a política brasileira, que atualmente é desacreditada por boa parte da população. No Piauí, Padilha

estimulou os participantes a criar novas turmas dos cursos da FUG: "é fundamental que possamos disseminar o conhecimento dentro do próprio partido".

O trabalho desenvolvido pela Fundação tem sido presente na formação de líderes e militantes do PMDB, com os cursos ministrados pelo Ensino a Distância, de acordo com o presidente nacional do PMDB, Valdir Raupp, que destacou o papel do Partido na história recente do país. "Estou há 32 anos no PMDB. Minha experiência me leva a afirmar que não tem como se escrever a história desse país ou de nenhum estado sem inserir nela o PMDB. Por essa razão a legenda está hoje colaborando com o governo da presidente Dilma Rousseff. Sem o apoio do PMDB poucos governos teriam tido sucesso, por isso nosso partido é forte", lembrou.

Para o vice-governador do Piauí, Moraes Souza Filho, o Estradas e Bandeiras demonstra a grandeza da legenda: "vemos aqui uma pequena demonstração do que se espera do PMDB. Nosso partido foi responsável pelas grandes obras realizadas no estado. O

legado deixado pelo ex-senador Alberto Filho não pode ser esquecido por cada um daqueles que compõe nossa legenda", disse.





“Este é um novo PMDB, um partido que não aceita mais que o Piauí seja tratado de forma diferente. Vamos exigir respeito para nosso estado. Até hoje não conseguimos verbas para concluir o porto de Luís Correia”, declarou Moraes Filho, ao fazer um apelo para que os peemedebistas se empenhem para garantir novos focos de investimento locais.

Candidatura própria - O presidente do PMDB do Piauí e primeiro vice-líder do partido na Câmara, Marcelo Castro, ressaltou a necessidade de a legenda ter, em 2012, o maior número possível de candidatos nos pleitos municipais, e, em

2014, candidatura própria para os Executivos estadual e federal. O deputado anunciou, ainda, a filiação no estado de “um grande ex-peemedebista, que se propõe a ser candidato a prefeito de Floriano, Silas Freire”. Outros peemedebistas também foram anunciados como pré-candidatos às prefeituras de Picos, Cléber Eulálio, Oeiras, Mauro Tapeti, e Parnaíba, Juliana Moraes.

Também com o intuito de que a legenda tenha candidatura própria na capital do estado, o deputado Marlllos Sampaio (PI) transferiu seu título, da cidade de Esperantina para Teresina,

onde deverá disputar a prefeitura no próximo ano. Marlllos reforçou seu compromisso com partido e a população de seu estado. “O apoio dado pelo PMDB fortaleceu minha decisão de transferir o domicílio eleitoral e colocar meu nome à disposição para a população teresinense avaliar”, enfatizou.

Já o presidente da Assembleia Estadual, deputado Themistocles Filho, que é também presidente municipal do PMDB, relembrou a necessidade de o partido no estado se esforçar para vencer as eleições em 2012.

FORMAÇÃO POLÍTICA MARCA O ENCONTRO NO MARANHÃO

Ao lado do presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp, o presidente da Fundação Ulysses Guimarães Nacional, deputado Eliseu Padilha, lançou a edição do Programa Estradas e Bandeiras: Rumo aos Municípios 2012, em São Luís/MA. Com centenas de peemedebistas presentes, entre eles prefeitos e vereadores, deputados federais e estaduais e do senador João Alberto, Padilha falou sobre a necessidade de "Refazer a política". "Diante do descrédito da política e dos políticos vivenciada hoje, nós temos que mudar a forma de fazer política. E isso, só será possível, por meio do conhecimento. Temos que nos qualificar para construir um novo conceito", afirmou.

Durante sua explanação, Padilha comemorou o número alcançado com o Programa de Formação Política da Fundação Ulysses Guimarães: mais de 250 mil alunos já fizeram um dos cursos a distância oferecidos pela Instituição. "Nós estamos

levando a todo o Brasil, conhecimento. Hoje, o que desejo a cada um dos nossos candidatos é conhecimento e aprendizado, antes de exercerem seus mandatos", afirmou.

O presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp, lembrou a trajetória do ex-presidente da República, senador José Sarney, que há mais de 30 anos tem sido um grande líder. E, falou sobre a importância do crescimento da sigla. "O PMDB é uma partido de guerra, de militância. Esta na hora do PMDB crescer mais e trazer mais gente para participar dos nossos quadros. Hoje, estamos movimentando a sigla nos quatro cantos do País", disse.

"O PMDB tem que estar preparado. Para isso, vamos fazer os cursos da Fundação Ulysses Guimarães. Vamos juntos demonstrar que temos força e sair das urnas nas últimas eleições, muito maior", defendeu Raupp.

O presidente da sigla no Maranhão, Remi Ribeiro, também lembrou a história de luta do PMDB e o trabalho que os presidentes Raupp e Padilha tem feito pelo país. "O PMDB foi importante para redemocratização do país. Agora, está nascendo um novo PMDB, conquistando novas bandeiras de luta. E, nós do Maranhão

queremos que o Partido cresça para termos candidatura própria em 2014", ressaltou.

O deputado federal, Professor Sétimo, presidente da Fundação Ulysses Guimarães do Maranhão, destacou o papel da formação política para as eleições de 2012. "O trabalho que a Fundação vem desenvolvendo junto à nossa base partidária tem fortalecido o Partido. E, eu estou assumindo este compromisso de levar conhecimento a todos os municípios do meu estado".

O senador João Alberto, presidente licenciado do PMDB-MA, também presente ao lançamento do Estradas e Bandeiras, reafirmou o compromisso do Partido de preparar a militância e os políticos para concorrerem às eleições municipais e, "dessa forma representar o PMDB, mais qualificado e preparado". Ele frisou que "o Maranhão do futuro será um estado rico, com grandes empreendimentos. E o PMDB será o responsável por isso".

O presidente da Assembleia Legislativa do MA, o peemedebista Arnaldo Melo, disse que "é preciso aproveitar este bom momento do PMDB, com bons quadros para enfrentar as disputas municipais do próximo ano".



FUNDAÇÃO PREPARA PEEMEDEBISTAS NO RIO

Ao lado dos presidentes do PMDB Nacional e Estadual, Valdir Raupp e Jorge Picciani, respectivamente, do vice-governador do Rio de Janeiro, Pezão, de líderes peemedebistas na capital carioca, o presidente nacional da Fundação Ulysses Guimarães, Eliseu Padilha, lançou no Rio de Janeiro o Programa Estradas e Bandeiras: Rumo aos Municípios 2012. "Nosso foco é o pleito de 2012. A Fundação e o PMDB estão preparando seus quadros nacionalmente para enfrentar as batalhas eleitorais do próximo ano. Essa preparação não perde o foco das eleições de 2014. Nossa aspiração é fortalecer o partido e ter nomes preparados para disputar a Presidência da República", explicou Eliseu Padilha.

Formação Política - Padilha coordenou os trabalhos de preparação de mais de 100 mediadores dos Cursos de Formação Política (EAD) no estado. "Nós temos que fazer com que as pessoas voltem a acreditar na política e, para isso, vocês serão os intérpretes. O trabalho junto a sociedade será essencial, pois só vamos vencer essa falta de credibilidade, qualificando nossos quadros partidários", afirmou Padilha, ao ser aplaudido por todos no Plenário.

O presidente Padilha chamou a atenção para a falta de legitimidade política. "Nós somos militantes de um partido político, precisamos retomar a confiança



da nossa população nos políticos, se falta confiança é porque nossos intérpretes não estão tendo conhecimento suficiente para passar nosso recado", ressaltou, se referindo ao fato de 95% da população brasileira dizer que "não quer saber de política". Segundo ele, a única forma de corrigir esse pensamento é retomando a confiança das pessoas e isso está acontecendo através dos cursos de Formação da Fundação em parceria com professores da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A ideia, de acordo com Eliseu, é reunir pessoas que queiram mudar a vida de suas comunidades ou efetivamente que queiram se aprofundar no processo político para disputar uma eleição.

Para o presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp, nenhum outro Partido tem feito pelos seus militantes o que a Fundação Ulysses Guimarães está

fazendo. "Nós temos que nos qualificar para continuarmos sendo o maior Partido do Brasil e chegar ao poder em 2014. E, essa preparação e qualificação só serão possíveis com cursos da Fundação", disse.

O presidente do PMDB-RJ, Jorge Picciani, falou que a sigla estadual está "irmanada com a Fundação Nacional". "Este movimento está fortalecendo o nosso Partido e o tornará mais aguerrido. O PMDB está vocacionado para disputar as eleições majoritárias", afirmou Picciani.

A coordenadora nacional de Formação Política (EAD), Elisiane Silva, ressaltou a importância do mediador no processo dos cursos da Fundação. "Vocês serão os representantes da Fundação nos seus municípios. Ser mediador é acreditar na capacidade de transformar a vida das pessoas. Essa é a lógica do compromisso de cada um de vocês", destacou.

Estradas e Bandeiras - Eliseu Padilha e Valdir Raupp, empossaram a nova diretoria administrativa da Fundação Ulysses Guimarães do Rio de Janeiro, que passa a ser presidida por Amaury Cardoso. Lançaram o Programa Estradas e Bandeiras e o curso de Preparação de Candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. "Só se resolve os problemas da sociedade fazendo política. E, nós precisamos refazer esta política que aí está. E, é isso que esta-

mos buscando com os cursos da Fundação", destacou Padilha.

O vice-governador do Rio de Janeiro, Pezão, falou sobre os números do PMDB no estado e o trabalho que o PMDB tem feito para ampliar seus quadros. "Nós queremos nas próximas eleições aumentar o número de prefeituras do PMDB e para isso queremos nossos quadros qualificados".



UNIDOS PELA EDUCAÇÃO

O fortalecimento das políticas voltadas para a área da educação é preocupação constante de parlamentares, gestores peemedebistas e das centenas de mediadores dos cinco cursos ofere-

cidos pela Fundação Ulysses Guimarães em todo o país. A propagação do conhecimento - antiga bandeira do partido - estimulada Fundação, vem impulsionando lideranças do PMDB a

empreenderem esforços para tornar realidade o ensino público de qualidade realidade em cada um dos 5565 municípios brasileiros.

CONCLAMAÇÃO NACIONAL

Atendendo ao apelo feito pelo comando nacional do partido, o vereador Francisco Cardoso Guedes do município de Dom Bosco, região oeste de Minas Gerais, vem se empenhando para assegurar a abertura de novas turmas dos cursos do EAD, inclusive realizando-os dentro da própria Câmara Municipal. "A Câmara estará sempre a disposição para a realização de novos cursos e ainda terei a oportunidade de participação dos mesmos", completa o vereador.

Com boa participação dos

vereadores, quatro por turma, Dom Bosco conseguiu realizar duas turmas, uma do Curso Básico e outra do módulo I de Gestores Públicos. De acordo com a organizadora das turmas e mediadora na cidade, Edna Resende, a presença dos vereadores durante os cursos foi um incentivo para os participantes. "Foi positivo para eles porque puderam ouvir e discutir com a turma aquilo que nossa comunidade anseia e espera da administração em geral. Acredito que foi uma das únicas vezes que tiveram essa

oportunidade de parar para escutar um pouco da nossa realidade", afirma a mediadora.

Para os vereadores que participaram do programa, os cursos foram importantes. O vereador Nelson José da Silva considera como "ótima" a iniciativa da Fundação Ulysses Guimarães de oferecer o programa de EAD. "Os cursos nos dão oportunidade de aprender, saber legislar e administrar junto com o executivo municipal", afirma.

MILITÂNCIA CAPACITADA

Inspirada pelo trabalho desenvolvido pela FUG, a deputada estadual Simone Morgado (PA), foi a primeira a implantar o curso Básico de Formação Política da Fundação, no município de Bragança, em julho do ano passado. Com o apoio de Simone, em pouco mais de um ano de atividades, o município já formou doze turmas. A iniciativa permitiu que o

processo de capacitação da militância fosse expandido também para a zona rural de Bragança e mais cinco municípios da região, são eles: São João de Pirabas, Augusto Corrêa, Tracuateua, São Miguel do Guamá, Santarém Novo.

De acordo com a deputada, a escolha de Bragança se deu pelo fato de sua base política

instalada no município, encarar os cursos da FUG como instrumento de formação para cidadania. “Independente do curso, seja de Gestão Política, de Oratória ou de Formação Básica, todos são conteúdos de forte embasamento para o exercício da cidadania e para a consciência política, fator imprescindível para se por em prática a democracia”, afirmou.



CIDADÃOS INSERIDOS NA POLÍTICA

No Rio Grande do Sul, o deputado federal Darcísio Perondi dá exemplo incentivando a abertura de novas turmas em solo gaúcho. Para o parlamentar, os cursos da Fundação Ulysses Guimarães estão preenchendo uma grande lacuna existente na sociedade brasileira ao proporcionar formação política de qualidade e de forma gratuita, possibilitando acesso a todos que se interessam e preocupam-se com os rumos do país.

Em Ijuí, sua cidade natal, Perondi estimulou o surgimento de novas turmas do curso de Formação Política. Nem mesmo os

cinco graus negativos marcados pelo termômetro da cidade foram capazes de intimidar os alunos da turma que reuniu professoras, advogadas, aposentados, enfermeiras, contadores, conselheiras tutelares, um presidente de bairro, uma dentista, um motorista e estudantes no curso de Agente de Cidadania. Todos os 36 alunos presentes responderam ao chamado do PMDB, feito através das rádios e jornais da cidade. “Estamos na terceira aula. Mesmo com dias de muita chuva e frio, a turma não desanima e empreende a cada dia um debate mais qualificado e mais participativo”, comenta a media-

dora da FUG, Apariciane Rasia.

Na avaliação de Perondi, a formação política faz a diferença para o cidadão. Por isso, está incentivando as lideranças, não apenas de Ijuí, mas de cada um dos municípios da sua base eleitoral a dar início ao processo de formação disponibilizada pela FUG pelo Programa EAD. “A proposta do curso vem justamente ao encontro da necessidade de superar as barreiras para o exercício de fato da democracia, que é possível somente com uma cidadania desenvolvida, consciente e alerta. Quando a gente estuda política, ficamos mais instrumen-



talizados. E a FUG está proporcionando isso”, argumenta.

O exemplo de Ijuí foi seguido também pelos municípios de Cruz Alta, que já estão na segunda turma neste ano, de Erechim, onde mediadores de 15 municípios já se reuniram com a gerente nacional do Programa EAD/FUG Elisiane da Silva para implantação dos cursos. Além disso, os municípios de Jóia, Tenente Portela, Tapeira, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Panambi também estão iniciando o processo de formação.

Perondi acredita que todos os peemedebistas devem somar esforços para que os cursos da Fundação se disseminem no Brasil inteiro. “É uma

missão minha enquanto deputado federal. Não pode ser uma função isolada da Fundação, tem que ter o apoio dos ocupantes dos mandatos eletivos do partido. Deve ser um esforço de todos”, afirmou.

Em um apelo feito à população, Perondi lembrou sobre a importância de o cidadão ingressar em um dos cursos do Programa de Educação a Distância da FUG. “É, sem dúvida, uma oportunidade. Trata-se de um material inovador, desenvolvido com compromisso pedagógico, sem impor linhas de ação, que através do ensino a distância, pode chegar aos recantos mais longínquos. Basta uma TV, um DVD, vontade de aprender e fazer política”, defendeu.

A qualidade do programa EAD da Fundação é atestado por diversos alunos das turmas de Formação Política e Agente de Cidadania do Rio Grande do Sul. O bancário aposentado, José Valdir Ceccato, 73 anos, está animado. “Sempre estou atento às notícias, acompanho a TV Senado e TV Câmara e esse curso era tudo que eu precisava para me atualizar como cidadão”, disse. Carlos Alberto Carvalho, 26 anos, também não perde uma aula. “Fui surpreendido. O curso é ótimo, estou aprendendo muito, tanto que já confirmei presença no próximo de Dicção e Oratória”, contou. Em Ijuí, as próximas turmas vão ter como público-alvo, estudantes universitários e do Ensino Médio.

EAD E ELEIÇÕES 2012

De olho nas eleições municipais de 2012, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), presidido pelo senador Valdir Raupp (RO), está investindo na formação política dos seus futuros candidatos em todo o país.

De acordo com o senador Raupp, a formação técnica dos filiados tem a finalidade de formar futuros candidatos e de trazer conhecimento para que os membros do partido colaborem com os governos do PMDB, em todos os níveis. "O PMDB é o maior partido do país e tem que estar preparado para participar de um futuro governo, até mesmo com candidato próprio para a Presidência da República, se isso for preciso".

O senador destacou que o primeiro passo é fortalecer o partido nas eleições de 2012. "Temos 1.200 prefeitos e 8.500 vereadores, mas por que não buscarmos 3.000 prefeitos e 15.000 vereadores? Temos de estar prepara-

dos para governar o país, por isso a importância de formarmos lideranças dentro do nosso partido", assinalou Raupp.

E foi em Rondônia, estado de origem do presidente nacional do PMDB, que foi realizado um evento estadual com essa finalidade. Organizado pela Fundação Ulysses Guimarães (FUG), o encontro teve lugar no Centro de Treinamento Técnico da Emater (Centrer) de Ouro Preto do Oeste, de 30 de junho a 2 de julho.

Para o governador de Rondônia, Confúcio Moura, que participou do evento, o partido é participação, é companheirismo, é a capacidade de defender o outro na rua. "A nossa campanha já começou, quando você encontra um amigo, dá atenção a alguém, você está fazendo política. De última hora ninguém ganha eleição não, a não ser torrando milhões e comprando voto, que hoje é crime. O voto é como amor. Se você não fez nada pra ser amado na cidade, não tem como alguém



votar em você".

A deputada Marinha Raupp destacou a grande adesão por parte dos filiados pelo curso de formação política como demonstração do reconhecimento individual de cada filiado em responder esta nova fase do Partido. "Reconheço que temos conquistas que marcaram as últimas décadas da vida dos brasileiros, mas, por essa importância histórica o PMDB deve manter fóruns de debate com seus militantes como forma de legitimar os projetos defendidos pelo Partido".





CÁTEDRA

RUY BARBOSA

JURISTA, POLÍTICO, DIPLOMATA, ESCRITOR,
FILÓLOGO, TRADUTOR E ORADOR BRASILEIRO.

ORAÇÃO AOS MOÇOS

Seguem trechos do texto de Ruy Barbosa denominado “Oração aos Moços”, escrito por ocasião da formatura dos alunos da turma de Direito, de 1920, da Faculdade de São Francisco, em São Paulo.

Ora, senhores bacharelandos, pesai bem que vos ides consagrar à lei, num país onde a lei absolutamente não exprime o consentimento da maioria, onde são as minorias, as oligarquias mais acanhadas, mais impopulares e menos respeitáveis, as que põem, e dispõem, as que mandam, e desmandam em tudo; a saber: num país, onde, verdadeiramente, não há lei, não há moral, política ou juridicamente falando.

Considerai, pois, nas dificuldades, em que se vão enleiar os que professam a missão de sustentáculos e auxiliares da lei, seus mestres e executores.

É verdade que a execução corrige, ou atenua, muitas vezes, a legislação de má nota. Mas, no Brasil, a lei se deslegitima, anula e torna inexistente, não só pela bastardia da origem, senão ainda pelos horrores da aplicação.

Ora, dizia S. Paulo que boa é a lei, onde se executa legitimamente. Bona est lex, si quis ea legitime utatur. Queria dizer: Boa é a lei quando executada com retidão. Isto é: boa será, em havendo no executor a virtude, que no legislador não havia. Porque só a moderação, a inteireza e a eqüidade, no aplicar das más leis, as poderiam, em certa medida, escoimar da impureza, dureza e maldade, que encerrarem. Ou, mais lisa e claramente, se bem o entendo, pretenderia significar o apóstolo das gentes que mais vale a lei má, quando inexecutada, ou mal executada (para o bem), que a boa lei sofismada e não observada (contra ele).

De nada aproveitam leis, bem se sabe, não existindo quem as ampare contra os abusos; e o amparo sobre todos essencial é o de uma justiça tão alta no seu poder, quanto na sua missão. “Aí temos as leis”, dizia o Florentino. “Mas quem lhes há de ter mão? Ninguém”.

“Le leggi son, ma chi pon mano ad esse? Nullo”.

Entre nós não seria lícito responder assim tão em absoluto à interrogação do poeta. Na constituição brasileira, a mão que ele não via na sua república e em sua época, a mão sustentadora das leis, aí a temos, hoje, criada, e tão grande, que nada lhe iguala a majestade, nada lhe rivaliza o poder. Entre as leis, é a justiça quem decide, fulminando aquelas, quando com esta colidirem.

Soberania tamanha só nas federações de molde norte-americano cabe ao poder judiciário, subordinado aos outros poderes nas demais formas de governo, mas, nesta, superior a todos.

Dessas democracias, pois, o eixo é a justiça, eixo não abstrato, não supositício, não meramente moral, mas de uma realidade profunda, e tão seriamente implantado no mecanismo do regímen, tão praticamente embebido através de todas as suas peças, que, falseando ele ao seu mister, todo o sistema cairá em paralisia, desordem e subversão. Os poderes constitucionais entrarão em conflitos insolúveis, as franquias constitucionais ruirão por terra, e da organização constitucional, do seu caráter, das suas funções, de suas garantias apenas restarão destroços.

Eis o de que nos há de preservar a justiça brasileira, se a deixarem sobreviver, ainda que agredida, oscilante e mal segura, aos outros elementos constitutivos da república, no meio das ruínas, em que mal se conservam ligeiros traços da sua verdade.

Ora, senhores, esse poder eminentemente necessário, vital e salvador, tem os dois braços, nos quais agüenta a lei, em duas instituições: a magistratura e a advocacia, tão velhas como a sociedade humana, mas elevadas ao cem-dobro, na vida constitucional do Brasil, pela estupenda importância, que o novo regímen veio dar à justiça.

Meus amigos, é para colaborardes em dar existência a essas duas instituições que hoje saís daqui habilitados. Magistrados ou advogados sereis. São duas carreiras quase sagradas, inseparáveis uma da outra, e, tanto uma como a outra, imensas nas dificuldades, responsabilidades e utilidades.

Se cada um de vós meter bem a mão na consciência, certo que tremerá da perspectiva. O tremer próprio é dos que se defrontam com as grandes vocações, e são talhados para as desempenhar. O tremer, mas não o descorçoar. O tremer, mas não o renunciar. O tremer, com o ousar. O tremer, com o empreender. O tremer, com o confiar. Confiai, senhores. Ousai. Reagi. E haveis de ser bem sucedidos. Deus, pátria, e trabalho. Meteí no regaço essas três fés, esses três amores, esses três signos santos. E segui, com o coração puro. Não hajais medo a que a sorte vos ludibrie. Mais pode que os seus azares a constância, a coragem e a virtude.

Idealismo? Não: experiência da vida. Não há forças, que mais a senhoreiem, do que essas. Experimentai-o, como eu o tenho experimentado. Poderá ser que resigneis certas situações, como eu as tenho resignado. Mas meramente para variar de posto, e, em vos sentindo incapazes de uns, buscar outros, onde vos venha ao encontro o dever, que a Providência vos havia reservado.

Encarai, jovens colegas meus, nessas duas estradas, que se vos patenteiam. Tomai a que vos indicarem vossos pressentimentos, gostos e explorações, no campo dessas nobres disciplinas, com que lida a ciência das leis e a distribuição da justiça. Abraçai a que vos sentirdes indicada pelo conhecimento de vós mesmos. Mas não primeiro que hajais buscado na experiência de outrem um pouco da que vos é mister, e que ainda não tendes, para eleger a melhor derrota, entre as duas que se oferecem à carta de idoneidade, hoje obtida.

Pelo que me toca, escassamente avalio até onde, nisso, vos poderia eu ser útil. Muito vi em cinquenta anos. Mas o que constitui a experiência, consiste menos no ver, que no saber observar. Observar com clareza, com desinteresse, com seleção. Observar, deduzindo, induzindo, e generalizando, com pausa, com critério com desconfiança. Observar, apurando, contrastando, e guardando.

Que espécie de observador seja eu, não vo-lo poderia dizer. Mas, seguro, ou não, no averiguar e discernir, – de uma qualidade, ao menos, me posso abonar a mim mesmo: a de exato e consciencioso no expender e narrar.

Como me dilataria, porém, numa ou noutra coisa, quando tão longamente, aqui, já me tenho excedido em abusar de vós e de mim mesmo?

Não recontarei, pois, senhores, a minha experiência, e muito menos tentarei explaná-la. Cingir-me-ei, estritamente, a falar-vos como falaria e mim próprio, se vós estivésseis em mim, sabendo o que tenho experimentado, e eu me achasse em vós, tendo que resolver essa escolha.

Todo pai é conselheiro natural. Todos os pais aconselham, se bem que nem todos possam jurar pelo valor dos seus conselhos. Os meus serão os a que me julgo obrigado, na situação em que momentaneamente estou, pelo vosso arbítrio, de pai espiritual dos meus afilhados em letras, nesta solenidade.

E à magistratura que vos ides votar?

Elegeis, então, a mais eminente das profissões, a que um homem se pode entregar neste mundo. Essa elevação me impressiona seriamente; de modo que não sei se a comoção me não atalhará o juízo, ou tolherá o discurso. Mas não se dirá que, em boa vontade, fiquei aquém dos meus deveres.

Serão, talvez, meras vulgaridades, tão singelas, quão sabidas, mas ande o senso comum, a moral e o direito, associando-se à experiência, lhe nobilitam os ditames. Vulgaridades, que qualquer outro orador se avantajaria em esmaltar de melhor linguagem, mas que, na ocasião, a mim tocam, e no meu ensoado vernáculo hão de ser ditas. Baste, porém, que se digam com isenção, com firmeza, com lealdade; e assim hão de ser ditas, hoje, desta nobre tribuna.

Moços, se vos ides medir com o direito e o crime na cadeira de juizes, começai, esquadrinhando as exigências aparentemente menos altas dos vossos cargos, e propõe-vos caprichar nelas com dobrado rigor; porque, para sermos fiéis no muito, o devemos ser no pouco.

“Qui fidelis est in minimo, et in majori fidel est; et qui in modico iniquus est, et in majori iniquus est”.

Ponho exemplo, senhores. Nada se leva em menos conta, na judicatura, a uma boa fé de ofício que o vezo de tardança nos despachos e sentenças. Os códigos se cansam debalde em o punir. Mas a geral habitualidade e a convivência geral o entretêm, inocentam e universalizam. Destarte se incrementa e demanda ele em proporções incalculáveis, chegando as causas a contar a idade por lustras, ou décadas, em vez de anos.

Mas justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito escrito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade. Os juizes tardinheiros são culpados, que a lassidão comum vai tolerando. Mas sua culpa tresdobra com a terrível agravante de que o lesado não tem meio de reagir contra o delinqüente poderoso, em cujas mãos jaz a sorte do litígio pendente.

Não sejais, pois, desses magistrados, nas mãos de quem os autos penam como as almas do purgatório, ou arrastam sonos esquecidos como as preguiças do mato.

Não vos pareçais com esses outros juizes, que, com tabuleta de escrupulosos, imaginam em risco a sua boa fama, se não evitarem o contato dos pleiteantes, recebendo-os com má sombra, em lugar de os ouvir a todos com desprevenção, doçura e serenidade.

Não imiteis os que, em se lhes oferecendo o mais leve pretexto, a si mesmos põem suspeições rebuscadas, para esquivar responsabilidades, que seria do seu dever arrostar sem quebra de ânimo ou de confiança no prestígio dos seus cargos.

Não sigais os que argumentam com o grave das acusações, para se armarem de suspeita e execração contra os acusados; como se, pelo contrário, quanto mais odiosa a acusação, não houvesse o juiz de se precaver mais contra os acusadores, e menos perder de vista a presunção de inocência, comum a todos os réus enquanto não liquidada a prova e reconhecido o delito.

Não acompanheis os que, no pretório, ou no júri, se convertem de julgadores em verdugos, torturando o réu com severidades inoportunas, descabidas, ou indecentes; como se todos os acusados não tivessem direito à proteção dos seus juizes, e a lei processual, em todo o mundo civilizado, não houvesse por sagrado o homem, sobre quem recai acusação ainda inverificada.

Não estejais com os que agravam o rigor das leis, para se acreditar com o nome de austeros e ilibados. Porque não há nada menos nobre e aplausível que agenciar uma reputação malignamente obtida em prejuízo da verdadeira inteligência dos textos legais.

Não julgueis por considerações de pessoas, ou pelas do valor das quantias litigadas, negando as somas, que se pleiteiam, em razão da sua grandeza, ou escolhendo, entre as partes na lide, segundo a situação social delas, seu poderio, opulência e conspicuidade. Porque quanto mais armados estão de tais armas os poderosos, mais inclinados é de recear que sejam à extorsão contra os menos ajudados da fortuna; e, por outro lado, quanto maiores são os valores demandados e maior, portanto, a lesão argüida, mais grave iniquidade será negar a reparação, que se demanda.

Não vos mistureis com os togados, que contraíram a doença de achar sempre razão ao Estado, ao Governo, à Fazenda; por onde os condecora o povo com o título de "fazendeiros". Essa

presunção de terem, de ordinário, razão contra o resto do mundo, nenhuma lei a reconhece à Fazenda, ao Governo, ou ao Estado.

Antes, se admissível fosse aí qualquer presunção, havia de ser em sentido contrário; pois essas entidades são as mais irresponsáveis, as que mais abundam em meios de corromper, as que exercem as perseguições, administrativas, políticas e policiais, as que, demitindo funcionários indemissíveis, rasgando contratos solenes, consumando lesões de toda a ordem (por não serem os perpetradores de tais atentados os que os pagam), acumulam, continuamente, sobre o tesouro público terríveis responsabilidades.

No Brasil, durante o Império, os liberais tinham por artigo do seu programa cercear os privilégios, já espantosos, da Fazenda Nacional. Pasmoso é que eles, sob a República, se cembrem ainda, conculcando-se, até, a Constituição, em pontos de alto melindre, para assegurar ao Fisco esta situação monstruosa, e que ainda haja quem, sobre todas essas conquistas, lhe queira granjear a de um lugar de predileções e vantagens na consciência judiciária, no foro íntimo de cada magistrado.

Magistrados futuros, não vos deixeis contagiar de contágio tão maligno. Não negueis jamais ao Erário, à Administração, à União, os seus direitos. São tão invioláveis, como quaisquer outros. Mas o direito dos mais miseráveis dos homens, o direito do mendigo, do escravo, do criminoso, não é menos sagrado, perante a justiça, que o do mais alto dos poderes. Antes, com os mais miseráveis é que a justiça deve ser mais atenta, e redobrar de escrúpulo; porque são os mais mal defendidos, os que suscitam menos interesse, e os contra cujo direito conspiram a inferioridade na condição com a língua nos recursos.

Preservai, juizes de amanhã., preservai vossas almas juvenis desses baixos e abomináveis sofismas. A ninguém importa mais do que à magistratura fugir do medo, esquivar humilhações, e não conhecer cobardia. Todo o bom magistrado tem muito de heróico em si mesmo, na pureza imaculada e na plácida rigidez, que a nada se dobre, e de nada se tema, senão da outra justiça, assente, cá embaixo, na consciência das nações, e culminante, lá em cima, no juízo divino.

Não tergiverseis com as vossas responsabilidades, por mais atribuições que vos imponham, e mais perigos a que vos exponham. Nem receeis soberanias da terra: nem a do povo, nem a do poder. O povo é uma torrente, que rara vez se não deixa conter pelas ações magnânimas. A intrepidez do juiz, como a bravura do soldado, o arrebatam, e fascinam. Os governos investem contra a justiça, provocam e desrespeitam a tribunais; mas, por mais que lhes espumem contra as sentenças, quando justas, não terão, por muito tempo, a cabeça erguida em ameaça ou desobediência diante dos magistrados, que os enfrentem com dignidade e firmeza.

Os presidentes de certas repúblicas são, às vezes, mais intolerantes com os magistrados, quando lhes resistem, como devem, do que os antigos monarcas absolutos. Mas, se os chefes das democracias de tal jaez se esquecem do seu lugar, até o extremo de se haverem, quando lhes pica o orgulho, com os juizes vitalícios e inamovíveis de hoje, coma se haveriam com ou ouvidores e desembargadores d'El-Rei Nosso Senhor, frágeis instrumentos nas mãos de déspotas coroados, – cumpre aos amesquinhados pela jactância dessas rebeldias ter em mente que, instituindo-os em guardas da Constituição contra os legisladores e da lei contra os governos, esses pactos de liberdade não os revestiram de prerrogativas ultramajestáticas, senão para que a sua autoridade não torça às exigências de nenhuma potestade humana.

Os tiranos e bárbaros antigos tinham, por vezes, mais compreensão real da justiça que os civilizados e democratas de hoje. Haja vista a história, que nos conta um pregador do século XVII.

“A todo o que faz pessoa de juiz, ou ministro”, dizia o orador sacro, “manda Deus que não considere na parte a razão de príncipe poderoso, ou de pobre desvalido, senão só a razão do seu próximo... Bem praticou esta virtude Canuto, rei dos Vândalos, que, mandando justicar uma quadrilha de salteadores, e pondo um deles embargos de que era parente d'El-Rei, respondeu: Se provar ser nosso parente, razão é que lhe façam a força mais alta”.

Bom é que os bárbaros tivessem deixado lições tão inesperadas às nossas democracias. Bem poderia ser que, barbarizando-se com esses modelos, antepusessem elas, enfim, a justiça ao parentesco, e nos livrassem da peste das parentelas, em matérias de governo.

Como vedes, senhores, para me não chamarem a mim revolucionário, ando a catar minha literatura de hoje nos livros religiosos.

Outro ponto dos maiores na educação do magistrado: corar menos de ter errado que de se não emendar. Melhor será que a sentença não erre. Mas, se cair em erro, o pior é que se não corrija. E, se o próprio autor do erro o remeditar, tanto melhor; porque tanto mais cresce, com a confissão, em crédito de justo, o magistrado, e tanto mais se soleniza a reparação dada ao ofendido.

Muitas vezes, ainda, teria eu de vos dizer: Não façais, não façais. Mas já é tempo de caçar as velas ao discurso. Pouco agora vos direi.

Não anteponeis o draconianismo à eqüidade. Dados a tão cruel mania, ganharíeis, com razão, conceito de maus, e não de retos.

Não cultiveis sistemas, extravagâncias e singularidades. Por esse meio lucraríeis a néscia reputação de originais; mas nunca a de sábios, doutos, ou conscienciosos.

Não militeis em partidos, dando à política o que deveis à imparcialidade. Dessa maneira venderíeis as almas e famas ao demônio da ambição, da intriga e da servidão às paixões mais detestáveis.

Não cortejeis a popularidade. Não transijais com as conveniências. Não tenhais negócios em secretarias. Não delibereis por conselheiros, ou assessores. Não deis votos de solidariedade com outros, quem quer que sejam. Fazendo aos colegas toda a honra, que lhes deverdes, prestai-lhes o crédito, a que sua dignidade houver direito; mas não tanto que delibereis só de os ouvir, em matéria onde a confiança não substitua a inspeção direta. Não prescindais, em suma, do conhecimento próprio, sempre que a prova terminante vos esteja ao alcance da vista, e se ofereça à verificação imediata do tribunal.

Por derradeiro, amigos de minha alma, por derradeiro, a última, a melhor lição da minha experiência. De quanto no mundo tenho visto, o resumo se abrange nestas cinco palavras:

Não há justiça, onde não haja Deus.

Quereríeis que vo-lo demonstrasse? Mas seria perder tempo, se já não encontrastes a demonstração no espetáculo atual da terra, na catástrofe da humanidade. O gênero humano afundiu-se na matéria, e no oceano violento da matéria flutuam, hoje, os destroços da civilização

meio destruída. Esse fatal excídio está clamando por Deus. Quando ele tornar a nós, as nações abandonarão a guerra, e a paz, então, assomará entre elas, a paz das leis e da justiça, que o mundo ainda não tem, porque ainda não crê.

A justiça humana cabe, nessa regeneração, papel essencial. Assim o saiba ela honrar. Trabalhai por isso os que abraçardes essa carreira, com a influência da altíssima dignidade que do seu exercício recebereis.

Dela vos falei, da sua grandeza e dos seus deveres, com a incompetência de quem não a tem exercido. Não tive a honra de ser magistrado. Advogado sou, há cinqüenta anos, e, já agora, morrerei advogado.

E, entretanto, da advocacia no Brasil, da minha profissão, do que nela, em experiência, acumulei, praticando-a, que me não será dado agora tratar. A extensão já demasiadíssima deste colóquio em desalinho não me consentiria acréscimo tamanho. Mas que perdereis, com tal omissão? Nada.

Na missão do advogado também se desenvolve uma espécie de magistratura. As duas se entrelaçam, diversas nas funções, mas idênticas no objeto e na resultante; a justiça. Com o advogado, justiça militante. Justiça imperante, no magistrado.

Legalidade e liberdade são as tábuas da vocação do advogado. Nelas se encerra, para ele, a síntese de todos os mandamentos. Não desertar a justiça, nem cortejá-la. Não lhe faltar com a fidelidade, nem lhe recusar o conselho. Não transfugir da legalidade para a violência, nem trocar a ordem pela anarquia. Não antepor os poderosos aos desvalidos, nem recusar patrocínio a estes contra aqueles. Não servir sem independência à justiça, nem quebrar da verdade ante o poder. Não colaborar em perseguições ou atentados, nem pleitear pela iniquidade ou imoralidade. Não se subtrair à defesa das causas impopulares, nem à das perigosas, quando justas. Onde for apurável um grão, que seja, de verdadeiro direito, não regatear ao atribulado o consolo do amparo judicial. Não proceder, nas consultas, senão com a imparcialidade real do juiz nas sentenças. Não fazer da banca balcão, ou da ciência mercatura. Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis. Servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade. Amar a pátria, estremecer o próximo, guardar fé em Deus, na verdade e no bem.

Senhores, devo acabar. Quando, há cinqüenta anos, saía eu daqui, na velha Paulicéia, solitária e brumosa, como hoje saís da transfigurada metrópole do máximo Estado brasileiro, bem outros eram este país e todo o mundo ocidental.

O Brasil acabava de varrer do seu território a invasão paraguaia, e, na América do Norte, poucos anos antes, a guerra civil limpava da grande república o cativo negro, cuja agonia esteve a pique de a soçobrar despedaçada. Eram dois prenúncios de uma alvorada, que doirava os cimos do mundo cristão, anunciando futuras vitórias da liberdade.

Mas, ao mesmo tempo, a invasão germânica alagava terras de França, deixando-a violada, transpassada no coração e cruelmente mutilada, aos olhos secos e indiferentes das outras potências e mais nações européias, grandes ou pequenas.

Ninguém percebeu que se estavam semeando o cativo e a subversão do mundo. Daí a menos de cinquenta anos, aquela atroz exacerbação do egoísmo político envolvia culpados e

inocentes numa série de convulsões, tal, que acreditaríeis haver-se despejado o inferno entre as nações da terra, dando ao inaudito fenômeno humano proporções quase capazes de representar, na sua espantosa imensidade, um cataclismo cósmico. Parecia estar-se desmanchando e aniquilando o mundo. Mas era a eterna justiça que se mostrava. Era o velho continente que principiava a expiar a velha política, desalmada, mercantil e cínica, dos Napoleões, Metternichs e Bismarcks, num ciclone de abominações inenarráveis, que bem depressa abrangeria, como abrangeu, na zona das suas tremendas comoções, os outros continentes, e deixaria revolido o orbe inteiro em tormentas catastróficas, só Deus sabe por quantas gerações além dos nossos dias.

O Briareu do inexorável mercantilismo que explorava a humanidade, o colosso do egoísmo universal, que, durante um século, assistira impassível à entronização dos cálculos dos governos sobre os direitos dos povos, o reinado ímpio da ambição e da força rolava, e se desfazia, num desmoronamento pavoroso, levando por aí a roça impérios e dinastias, reis, domínios, constituições e tratados. Mas a medonha intervenção dos poderes tenebrosos do nosso destino mal estava começada. Ninguém poderia conjeturar ainda como e quando acabará.

Neste canto da terra, o Brasil “da hegemonia sul-americana”, entreluzida com a guerra do Paraguai, não cultivava tais veleidades, ainda bem que, hoje, de todo em todo extintas. Mas encetara uma era de aspirações jurídicas e revoluções incruentas. Em 1888 aboliu a propriedade servil. Em 1889 baniu a coroa, e organizou a república. Em 1907 entrou, pela porta de Haia, ao concerto das nações. Em 1917 alistou-se na aliança da civilização, para empenhar a sua responsabilidade e as suas forças navais na guerra das guerras, em socorro do direito das gentes, cujo código ajudara a organizar na Segunda Conferência da Paz.

Mas, de súbito, agora, um movimento desvairado parece estar-nos levando, empuxados de uma corrente submarina, a um recuo inexplicável. Diríeis que o Brasil de 1921 tendesse, hoje, a repudiar o Brasil de 1917. Por quê? Porque a nossa política nos descurou dos interesses, e, ante isso, delirando em acesso de frívolo despeito, iríamos desmentir a excelsa tradição, tão gloriosa, tão inteligente e fecunda?

Não; senhores, não seria possível. Na resolução de 1917 o Brasil ascendeu à elevação mais alta de toda a nossa história. Não descerá.

Amigos meus, não. Compromissos daquela natureza, daquele alcance, daquela dignidade não se revogam. Não convertamos uma questão de futuro em questão de relance. Não transformemos uma questão de previdência em questão de cobiça. Não reduzamos uma imensa questão de princípios a vil questão de interesses. Não demos de barato a essência eterna da justiça por uma rasteira desavença de mercadores. Não barganhemos o nosso porvir a troco de um mesquinho prato de lentilhas. Não arrastemos o Brasil ao escândalo de se dar em espetáculo à terra toda como a mais fútil das nações, nação que, à distância de quatro anos, se desdisse de um dos mais memoráveis atos de sua vida, trocasse de idéias, variasse de afeições, mudasse de caráter, e se renegasse a si mesma.

Ó, senhores, não, não e não! Paladinos, ainda ontem, do direito e da liberdade, não vamos agora mostrar os punhos contraídos aos irmãos, com que comungávamos, há pouco, nessa verdadeira cruzada. Não percamos, assim, o equilíbrio da dignidade, por amor de uma pendência de estreito caráter comercial, ainda mal liquidada, sobre a qual as explicações dadas à nação pelos seus agentes, até esta data, são inconsistentes e furta-cores. Não culpemos o estrangeiro das

nossas decepções políticas no exterior, antes de averiguarmos se os culpados não se achariam aqui mesmo, entre os a quem se depara, nestas cegas agitações de ódio a outros povos, a diversão mais oportuna dos nossos erros e misérias intestinas.

O Brasil, em 1917, plantou a sua bandeira entre as da civilização nos mares da Europa. Daí não se retrocede facilmente, sem quebra da seriedade e do decoro, se não dos próprios interesses. Mais cuidado tivéssemos, em tempo, com os nossos, nos conselhos da paz, se neles quiséssemos brilhar melhor do que brilhamos nos atos da guerra, e acabar sem contratempos ou dissabores.

Agora, o que a política e a honra nos indicam, é outra coisa. Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemos-nos das invasões econômicas. Vigiem-nos das potências absorventes e das raças expansionistas. Não nos temamos tanto dos grandes impérios já saciados, quanto dos ansiosos por se fazerem tais à custa dos povos indefesos e mal governados. Tenhamos sentido nos ventos, que sopram de certos quadrantes do céu. O Brasil é a mais cobiçável das presas; e, oferecida, como está, incauta, ingênua, inerme, a todas as ambições, tem, de sobejo, com que fartar duas ou três das mais formidáveis.

Mas o que lhe importa, é que dê começo a governar-se a si mesmo; porquanto nenhum dos árbitros da paz e da guerra leva em conta uma nacionalidade adormecida e anemizada na tutela perpétua do governos, que não escolhe. Um povo dependente no seu próprio território e nele mesmo sujeito ao domínio de senhores não pode almejar seriamente, nem seriamente manter a sua independência para com o estrangeiro.

Eia, senhores! Mocidade viril! Inteligência brasileira! Nobre nação explorada! Brasil de ontem e amanhã! Dai-nos o de hoje, que nos falta.

Mãos à obra da reivindicação de nossa perdida autonomia; mãos à obra da nossa reconstituição interior; mãos à obra de reconciliarmos a vida nacional com as instituições nacionais; mãos à obra de substituir pela verdade o simulacro político da nossa existência entre as nações. Trabalhai por essa que há de ser a salvação nossa. Mas não buscando salvadores. Ainda vos podereis salvar a vós mesmos. Não é sonho, meus amigos; bem sinto eu, nas pulsações do sangue, essa ressurreição ansiada. Oxalá não se me fechem os olhos, antes de lhe ver os primeiros indícios no horizonte. Assim o queira Deus."



Ruy Barbosa de Oliveira

Ruy Barbosa nasceu no dia 05 de novembro de 1849, em Salvador e faleceu em março de 1923, em Petrópolis.

Ocupou diversos cargos ao longo de sua intensa vida política. Atuou como jurista, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador. Ruy Barbosa é considerado um dos intelectuais mais brilhantes de seu tempo. Foi um dos idealizadores e organizadores das instituições republicanas, tendo sido coautor da constituição da Primeira República, junto com Prudente de Moraes.

Ruy Barbosa foi um dos maiores defensores do federalismo e do abolicionismo. Defendeu com veemência a promoção dos direitos e garantias individuais.

AS ABELHAS ESTÃO SUMINDO

HUGO PENTEADO

Autor do livro Ecoeconomia Uma nova Abordagem





O problema climático está sendo tratado como uma questão isolada por quase todas as mentes pensantes, exceto os cientistas sérios da Terra. Os problemas ambientais planetários, que são vastos e ameaçadores, e que não se resumem apenas no aquecimento global, derivam das nossas ações diárias, do nosso comportamento em relação à natureza e da rota de colisão que decidimos traçar contra a Terra, guerra da qual não sairemos vencedores. Ecossistemas extremamente interligados estão em vias de passar por uma transformação brusca e não linear, caso essas ações diárias ligadas ao nosso modelo de produção e consumo não sejam abolidas. A culpa de tudo isso é a economia e a visão dos economistas, que acreditam por erros embutidos nas suas teorias que o sistema econômico é totalmente separado da natureza e que a natureza é inesgotável e isso está impresso por trás de todas as decisões de políticas econômicas locais e globais.

Houve duas grandes extinções naturais da vida na Terra, causadas por mudanças climáticas bruscas. Nunca houve, desde os 4,6 bilhões de anos da Terra, mudança tão rápida, como o aumento em apenas 200 anos da concentração dos gases do efeito estufa

na nossa finíssima atmosfera. Nunca houve também uma extinção antropomórfica como a atual ou que tivesse sido causado por apenas uma espécie. O fato aterrador é que a humanidade está produzindo a terceira maior extinção já registrada. Todos falam do problema climático, mas mal comentam que já está em curso o maior processo de extinção em massa de espécies animais e vegetais dos últimos 65 milhões de anos. A questão não é mais se vai acontecer, mas como podemos impedir o agravamento dessa tragédia. A Índia parou de produzir arroz e açúcar, a Austrália leite, os eventos climáticos extremos aqui no Brasil e no globo são noticiados quase que diariamente; o Pólo Norte tinha uma calota polar do tamanho dos Estados Unidos por milhões de anos, que durante o verão se reduz a 15% e em 2014 irá desaparecer por completo. A sorte é que essa calota já flutua nos oceanos e não aumenta o nível da água, mas cria *feedbacks* positivos ao substituir a reflexão por absorção do calor dos raios solares com a menor superfície branca. Os *feedbacks* positivos começam a se alavancar em cascata, ameaçando as tundras, onde há uma quantidade colossal de gás metano que é 20 vezes mais poderoso que o gás carbônico para o aquecimento global. A situação piora e ameaça

enormemente grande parte da população quando continentes gelados derreterem, elevando o nível dos oceanos em vários metros. Cientistas russos mostram que a inundação das cidades litorâneas é muito maior que o aumento do nível dos oceanos, por conta do efeito da maré. É na verdade um múltiplo. Essas mudanças ocorrerão quando a resiliência da Terra for vencida e, além de ser irreversível a partir desse ponto, a mudança é brusca e tornará a vida inviável quase que inteiramente. Os cientistas, como Martin Rees, já declaram que a probabilidade do homem terminar o século XXI é de 50%.

Como economista ecológico estou cada vez mais convencido que a minha ciência – a Economia – é totalmente cega e autista. Para ser um economista de verdade teríamos que entender as atuais ciências planetárias, a física, até porque a Economia é uma irmã siamesa da física. Nicholas Georgescu-Roegen foi lamentavelmente ignorado, embora sem ele grande parte da teoria tradicional não existiria. Não devemos mais, por falta de coragem, manter um discurso apenas orientado aos negócios e atender aos interesses dos grupos líderes, porque daqui em diante, nesse ritmo de colisão com o planeta, não temos mais nada a perder.

E nesse futuro, não haverá vencedores, os homens mais poderosos do mundo, mesmo eles, pertencem à nossa espécie animal ameaçada e a regra planetária ignorada por quase todos é que todos os seres vivos dependem de todos os seres vivos, do ponto de vista biológico somos todos um. O ar que respiramos vem do fitoplâncton dos oceanos, a comida vem dos seres vivos em trabalho contínuo, 80% do que entra pelas nossas bocas é água e se os animais e plantas sumissem da Terra, a água sumiria junto. Nossos corações não bateriam se não existisse um ser vivo na Terra capaz de aprisionar a luz do sol. Não existe poder humano ou econômico que mude essa interdependência. Se os líderes da economia e das nações não entenderem ou perceberem que estamos discutindo novas ideias de negócios desse novo mito chamado economia verde numa mesa que está dentro do Titanic, realmente iremos perecer. A filosofia do "não posso abrir mão do lucro, mas posso abrir mão do planeta" não irá resolver o problema climático - e planetário, pois aquecimento global não é "o" problema, mas um deles. Não há como sair desse risco enorme sem mudar o paradigma todo: o modelo de crescimento eterno é um erro científico e é a causa dos

desastres sociais e ambientais à nossa volta, é um poderoso mecanismo de diferenciação social definitivo e não é o pleito geral das populações, mas apenas de uma pequeníssima superclasse. As benesses do crescimento econômico entre nações e dentro das nações não é sequer mensurada e foram feitos nos últimos quase 30 anos vistas grossas ao enorme processo de concentração de riqueza e de renda nas mãos de poucas pessoas, principalmente no mundo rico, onde não há mobilidade social alguma.

No fundo não temos um problema climático ou ambiental, mas um problema moral. Se vamos mudar nossos valores e nossa consciência a ponto de motivar as lideranças a promover mudanças reais e não meramente paliativas é uma pergunta sem resposta. No entanto, para alguns é muito grave viver essa dúvida, porque tudo aquilo que consideramos grátis pela natureza – água, energia, clima e comida – está ameaçado, terrivelmente ameaçado e não pode mais ser considerado uma bênção. Se todos os animais e plantas desaparecessem da Terra, a água sumiria junto. Não há uma só variável no modelo dos economistas que contabilize a contribuição inigualável e irreproduzível da água, dos mais de 20 serviços ecológicos

que mantém toda a vida e nem dos recursos naturais tangíveis, como ferro e petróleo, que nos modelos, por uma série de mágicas estatísticas, são considerados nos livros consagrados de macroeconomia totalmente irrelevantes para explicar o processo econômico. Os recursos naturais tangíveis (os únicos analisados pela teoria tradicional) são vistos como irrelevantes porque representam pouco do custo da produção. Desde quando a importância de algum item pode ser diretamente proporcional a seu custo? Temos que nos conformar que para alguns itens não é possível atribuir valor algum - e nem necessário. Essa ideia estapafúrdia deveria ser testada na prática e pedir que os Estados Unidos parem imediatamente de importar 75% do petróleo que consomem. Se afinal é irrelevante para o processo, porque correr tão esganiçadamente atrás desse recurso, que ainda por cima, causa o efeito estufa da Terra?

Os economistas continuam acreditando que a Terra é um subsistema da economia e que não há limites para o crescimento. Com isso não temos ainda uma mudança de paradigma e de discurso e o blablablá de sustentabilidade só faz lembrar um velho ditado francês: quanto mais as coisas

mudam, mais elas continuam as mesmas. O Banco Mundial declara que a causa do problema ambiental é a pobreza e que é possível sim manter o crescimento econômico e ao mesmo tempo eliminar a pobreza e salvar o planeta. Ignoram que não é o planeta que está ameaçado e sim nós. Essa ideologia nega, portanto, todas as descobertas científicas do maior e único consenso científico internacional atual. Ninguém fala do desperdício de tudo, da energia por exemplo, a busca de mais fontes de energia é desnecessária, já que desperdiçamos metade. Roegen escreveu que se a economia do descarte imediato dos bens e do desperdício submetida a crescimento exponencial infinito continuar seríamos capazes de entregar a Terra ainda banhada em sol apenas à vida bacteriana. Estamos

quase lá.

Não dá mais para continuar assim. O renomado paleontólogo norte-americano Stephen Jay Gould teve uma pequena disputa com economistas norte-americanos, que sem sua autorização dispararam a seguinte convicção: "de acordo com Gould, toda vida na Terra está fadada à extinção, por isso se o sistema econômico causar alguma extinção, estamos prestando um favor à natureza." Gould entrou no debate avisando que nunca tinha participado de algo tão estúpido, dizendo: "é verdade, toda vida na Terra está fadada à extinção, só 1% de toda vida que surgiu nesse planeta existe hoje. Mas isso ocorre em eras geológicas, de milhões de anos, e não em décadas e nem causada por uma única espécie. Milhões ou bilhões de anos é uma régua temporal

que nosso cérebro que só vive décadas não é capaz de entender. É muita ingenuidade achar que essa extinção jamais irá voltar contra os causadores." Ingenuidade brutal, porque comemos, vivemos e respiramos graças aos ecossistemas e aos seres vivos e não graças à nossa tecnologia, que é um mero adereço. Einstein escreveu que se as abelhas sumissem, os animais sumiriam e os homens também, em quatro anos.

E as abelhas estão sumindo. No longo prazo todos estaremos mortos, escreveu Keynes, mas como espécie animal seríamos praticamente imortais. Ao que tudo indica, não mais. Podemos dizer, como brasileiros, por exemplo, que sem a Amazônia todos estaremos mortos. Descubra por quê.



COLETÂNEA PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Grandes autores. Grandes obras.
Mais um grande passo da Fundação
Ulysses para difundir o conhecimento.

TANCREDO NEVES



Pensamentos e Fatos

"Homem democrata, aberto aos diálogos, permanentemente construtor de soluções. Um temperamento dócil, mas um guerreiro permanente no plano das ideias da democracia, da participação popular e da resolução dos problemas da sociedade".

CASTRO ALVES



A Política em Poesia

"Trata-se de um poeta que fez das suas linhas e de seus versos a expressão dos anseios do povo brasileiro. Um jovem que sentia o pulsar de sua terra, que devotou, com entusiasmo, sua criatividade às causas da liberdade e da justiça".

MAUÁ



O Desafio Inovador numa Sociedade Arcaica

"A época em que vivei era pequena para comportar o espírito empreendedor de um homem que sonhava o futuro de sua terra e viveu para concretizar a modernização dela".

MILTON SANTOS



O Espaço da Cidadania e Outras

"O doutor Honoris Causa, livre pensador, focado na urbanização do terceiro mundo, que defendia um novo modelo de globalização, foi o único brasileiro a receber o mais alto prêmio internacional em geografia, o Vautrin Lud (1994). Digno de um homem que soube refletir e equacionar as problemáticas de seu tempo".

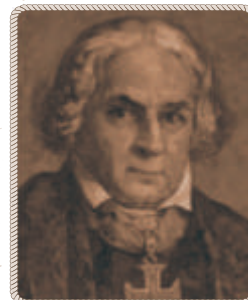
EUCLIDES DA CUNHA



Conhecimento como Condição à Construção do País

"Sua história se confunde com a própria República, foi de militar a jornalista. Pensou as nossas fronteiras. Suas linhas foram responsáveis por apresentar o país ao seu país. É de sua obra Os Sertões a frase que a muitos norteia: "Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos".

JOSÉ BONIFÁCIO



A Defesa da Soberania Nacional e Popular

"Foi o articulador da independência brasileira e de um projeto para a nação. O patriarca da independência foi o primeiro a defender a criação da capital e a sugerir Brasília como seu nome. A frase 'a minha popularidade foi a causa da minha deportação', de sua autoria, sintetiza sua trajetória".





O CONHECIMENTO PODE CONCRETIZAR IDEIAS.

O programa de Formação Política da Fundação Ulysses Guimarães conta, hoje, com cinco cursos oferecidos gratuitamente a sociedade por meio do método de Ensino a Distância (EAD); a Revista Ulysses; e a coletânea do Pensamento Político Brasileiro. Dessa forma, a Fundação incrementa suas atividades na educação política, resgatando e elevando o debate político puro e indispensável ao cotidiano.

